

UNIVERSIDADE DE SOROCABA
PRÓ-REITORIA ACADÊMICA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO

Ediléa Cristina Barros Michel

**A CRIAÇÃO E A INSTALAÇÃO DO GINÁSIO CIÊNCIAS E LETRAS
DE SOROCABA (SP)**

Sorocaba/SP

2013

Ediléa Cristina Barros Michel

**A CRIAÇÃO E A INSTALAÇÃO DO GINÁSIO CIÊNCIAS E LETRAS
DE SOROCABA (SP)**

Dissertação apresentada à Banca Examinadora do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade de Sorocaba, como exigência parcial para obtenção do título de Mestre em Educação.

Orientador: Prof. Dr. Wilson Sandano

Sorocaba/SP

2013

Ficha Catalográfica

Michel, Ediléa Cristina Barros

M57c A criação e a instalação do Ginásio Ciências e Letras de Sorocaba (SP) / Ediléa Cristina Barros. -- 2013.

86 f. : il.

Orientador: Prof. Dr. Wilson Sandano

Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade de Sorocaba, Sorocaba, SP, 2013.

1. Ensino secundário – Sorocaba (SP) - História. 2. Ginásio Ciências e Letras – Sorocaba (SP) – História. 3. Educação e Estado

Ediléa Cristina Barros Michel

**A CRIAÇÃO E A INSTALAÇÃO DO GINÁSIO CIÊNCIAS E LETRAS
DE SOROCABA (SP)**

Dissertação apresentada à Banca Examinadora do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade de Sorocaba, como exigência parcial para obtenção do título de Mestre em Educação.

Aprovado em: ___/___/2013

BANCA EXAMINADORA:

Prof. Dr. Wilson Sandano
Universidade de Sorocaba

Profa. Dra. Adriana Aparecida Alves da Silva
Universidade de Sorocaba

Profa. Dra. Jane Soares de Almeida
Universidade de Sorocaba

DEDICATÓRIA

Dedico à minha filha Suzane, ao meu filho Dominik *in memoriam*, à minha sobrinha Anne, à nossa amiga Gabriela, ao meu marido Uwe, ao meu padrasto Max e a todas as pessoas que tiveram orgulho ao pensarem que o curso de Mestrado em Educação seria muito importante para minha vida pessoal, intelectual e profissional.

Dedico aos meus animais de estimação: Nina, Lambida, Fididinho, Serafina, Wolf, Angel, Felix e Pelezinho por compartilharem comigo momentos de descontração e concentração na produção deste trabalho.

AGRADECIMENTOS

Aos meus colegas de curso, pelos diálogos enriquecedores e discussões construtivas a respeito da Educação, que fizeram de mim, uma estudante participativa nas disciplinas cursadas.

À família Objetivo Sorocaba: ao coordenador do Ensino Médio diurno Gilmar Tadeu Delgado, pelas fontes informadas para o início da pesquisa, ao mantenedor Luiz Antonio Beldi Castanho pelos contatos fornecidos para a realização desta pesquisa e, à minha eterna chefe Elza Gomes Notaro Bastida, pelo exemplo de profissional e incentivo ao estudo de Mestrado.

Ao Professor José Luiz Sanfelice, por trazer questões sobre instituições privadas a serem pesquisadas com maior acuidade, quando eu ainda era aluna especial.

Aos Professores do curso de Mestrado da UNISO pelo muito que aprendi.

À Bibliotecária Regina e funcionários da Biblioteca Alúcio de Almeida – UNISO, pela imensa atenção oferecida.

Ao Professor Leandro Thomaz de Almeida pelas correções feitas neste trabalho.

Às Professoras Jane Soares de Almeida e Adriana Aparecida Alves da Silva que compuseram minha banca examinadora, pela sabedoria com a qual contribuíram para o meu trabalho ser finalizado.

E, especialmente ao meu Orientador Wilson Sandano, pelas preciosas orientações que me fez, pela paciência, disposição em me atender e conduzir o processo de produção deste trabalho.

O ensino secundário se destina à preparação das individualidades condutoras, isto é, dos homens que deverão assumir as responsabilidades maiores dentro da sociedade e da nação, dos homens portadores das concepções e atitudes espirituais que é preciso infundir nas massas, que é preciso tornar habituais entre o povo.

(Geraldo Bastos Silva)

RESUMO

Esta dissertação investiga as razões que levaram à criação e à instalação do Ginásio Ciências e Letras na cidade de Sorocaba, uma instituição privada, que oferecia o ensino secundário no ano de 1943. A intenção da pesquisa foi verificar qual clientela seria de interesse para essa instituição. A hipótese lançada com relação à criação e instalação dessa instituição foi a de que o poder público não priorizou a oferta gratuita do ensino secundário no país, havendo a necessidade de a instituição privada ofertá-lo, desde que houvesse clientela para pagar por ele. A metodologia de pesquisa utilizada para atingir o objetivo proposto na dissertação a fim de verificar essa hipótese foi a pesquisa bibliográfica sobre os conflitos ocorridos no início da década de 1940: a Segunda Guerra Mundial, que ocupava as nações em temas como a centralização do poder, a priorização da política de armamentos e o abastecimento da mão de obra para a indústria e para o sistema capitalista adotado e disseminado no Brasil. Em nosso país, o regime de governo ditatorial priorizou o ensino primário e militar, enquanto que a indústria se responsabilizou pelo ensino profissional e o ensino secundário ficou a cargo da iniciativa privada. Na pesquisa documental, foi constatado na cidade de Sorocaba que a demanda de pessoas habilitadas para o curso era maior que a oferta de vagas, o que se explica pelo fato de haver apenas duas instituições que ofereciam o ensino secundário, uma pública e outra privada. Os resultados mostraram que a hipótese lançada foi confirmada ao se verificar que a instituição privada criada e instalada ofertou o ensino secundário com vagas destinadas às pessoas que tinham condições de pagar por ele e dispunham de horário para cursá-lo, enquanto que o poder público não ofereceu o ensino secundário com vagas gratuitas suficientes para essa população habilitada.

Palavras-chave: Ensino Secundário. Estado Novo. Instituição privada.

ABSTRACT

This dissertation investigates the reasons that led to the creation and installation of the Gym Science and Letters in the city of Sorocaba, a private institution, which offered the secondary education in the year 1943. The intention of the research was to determine which clients would be of interest to this institution. The hypothesis launched with respect to the creation and installation of this institution was that the public authority does not prioritize the offer of free secondary education in the country, and there is the need of the private institution offering it, provided that there were customers to pay for it. The research methodology used to achieve the proposed objective in dissertation in order to check this hypothesis was the literature search on the conflicts in the early 1940s: the Second World War, that occupied the nations on issues such as the centralization of power, the prioritization of armaments policy and the supply of labor for the industry and for the capitalist system adopted and disseminated in Brazil. In our country, the regime of dictatorial government has prioritized the primary education and military, while the industry is blamed by vocational education and secondary education became the responsibility of private initiative. The documentary research, was observed in the city of Sorocaba that the demand for skilled people to the course was greater than the supply of vacancies, which is explained by the fact that there are only two institutions that offered the secondary education, one public and one private. The results showed that the hypothesis launched was confirmed when checking that the private institution created and installed offered the secondary education with vacancies for people who could afford to pay and had time for the course, while the government has offered no secondary education with free parking sufficient for this population enabled.

Key-words: Secondary Education. New State.Private Institution.

LISTA DE QUADROS E TABELAS

QUADRO 1	Ensino Médio no Brasil - Período de 1939-1942.....	43
QUADRO 2	Matrículas do Ensino Primário no Brasil.....	43
QUADRO 3	Matrículas do Ensino Médio no Brasil.....	43
QUADRO 4	Taxa de Analfabetismo no Brasil.....	44
QUADRO 5	Instituições de Ensino de Sorocaba.....	62
QUADRO 6	Grupos Escolares de Sorocaba.....	63
TABELA 1	População e instrução de Sorocaba.....	60

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	10
2 O MUNDO NA DÉCADA DE 1940	16
2.1 Conflitos	18
2.2 O Brasil na década de 1940	22
2.3 Governo de Getúlio Vargas – Estado Novo (1937-1945)	26
2.3.1 Participação do Brasil na Segunda Guerra Mundial	31
2.4 Divisão de Classes Sociais	33
2.5 Educação	37
2.5.1 Educação Escolar	38
2.5.2 Educação no Brasil	39
2.5.2.1 Ensino Secundário	46
2.5.2.2 LOES – Leis Orgânicas do Ensino Secundário	47
2.5.3 Estado de São Paulo	53
3 O ENSINO SECUNDÁRIO EM SOROCABA NA DÉCADA DE 1940	54
3.1 Cidade	54
3.1.1 Serviços urbanos	57
3.1.2 Água/Saneamento	58
3.1.3 Energia Elétrica e Transporte Urbano	59
3.2 Grau de Instrução da População	60
3.2.1 Poder político/ partido político dominante / prefeito	61
3.3 Escolas / Escolarização	62
3.4 Ensino Secundário em Sorocaba	63
4 CRIAÇÃO DO GINÁSIO CIÊNCIAS E LETRAS	66
4.1 Ginásio Ciências e Letras	66
CONSIDERAÇÕES FINAIS	73
REFERÊNCIAS	75
ANEXO A Canção do Expedicionário (1943)	80
ANEXO B Cidade de Sorocaba – Escolas de Ensino Secundário	81
ANEXO C Professor Albertino Manente	82
ANEXO D Professor José Eduardo Nunes	83
ANEXO E Professor Luiz Almeida Marins	84
ANEXO F Depoimento de Maria Lúcia Nunes Tavares	85
ANEXO G Declaração do Reconhecimento do Ginásio Ciências e Letras	86

1 INTRODUÇÃO

A temática abordada nesta dissertação está relacionada à história das instituições escolares. O objeto de estudo é o Ginásio Ciências e Letras, a partir do qual se pretendeu investigar os motivos que levaram à criação de uma escola privada, em 1943, na cidade de Sorocaba, interior do Estado de São Paulo. Pretendeu-se também acompanhar o processo de sua instalação e verificar para qual clientela o ensino secundário foi destinado.

A inquietação referente ao procedimento de como estudar a história da Educação frente ao objeto de estudo selecionado surgiu a partir da análise e reflexão da obra de Maria Isabel Moura Nascimento et al. (2007), *Instituições Escolares no Brasil: conceito e reconstrução histórica*. Ao refletirmos sobre a importância de realizar pesquisa sobre instituições escolares no Brasil, onde os subsídios por ela oferecidos servirão de orientação a pesquisas relacionadas, o que permitirá um maior aprofundamento das mesmas, para que realmente possamos entender e interpretar a realidade da educação e ensino no país.

A razão que justificou a abordagem do tema reside na necessidade de entender os fatos que fizeram essa instituição privada ser instalada na cidade de Sorocaba, em 1943, para verificar se o interesse da instalação esteve relacionado com a realidade vivenciada pela cidade.

A hipótese foi a de que não houve interesse dos poderes públicos em oferecer o ensino secundário gratuito para todos no país, principalmente na cidade de Sorocaba, razão da criação e instalação do Ginásio Ciências e Letras, uma instituição privada, que ofereceu o ensino secundário para quem tinha condições de pagar por ele, o que garantiu os estudos para o ensino superior e, conseqüentemente, a preservação da hierarquia de poder da classe dirigente, enquanto que o ensino público gratuito limitou-se ao ensino primário e profissional.

O procedimento de pesquisa adotado contou com amplo levantamento bibliográfico, a partir da leitura de obras e produções acadêmicas de autores que desenvolvem trabalhos científicos voltados à compreensão do tema aqui proposto, tais como os professores/pesquisadores Maria Elizabete S. P. Xavier (1990), Geraldo Bastos Silva (1959), Nelson Piletti (1996), Rogério Lopes Pinheiro de Carvalho (2010), Simon Schwartzman (1983) e Edgar Carone (1976).

Consideramos ainda, para o estudo, teses e dissertações que desenvolveram questões que elegemos relevantes à discussão proposta.

Para Carvalho (2010, p.9), “[...] será fundamental fazer uma articulação entre a situação local e um panorama mais geral para compreender a época em questão.”

Acrescenta-se a necessidade de entendermos, neste contexto, o propósito do governo da época com relação à educação, para o associarmos ao processo de criação e instalação da instituição estudada.

Nessa perspectiva, Silva et al. (2013, p.39) consideram que:

[...] é necessário conhecer a história, seja ela da educação ou geral, uma vez que seu conhecimento é imprescindível para nela intervir e, então, mudá-la. O conhecimento é condição de transformação. Portanto, partindo do pressuposto de que precisamos transformar a educação, também é necessário conhecê-la.

Os autores também consideram:

[...] a História da Educação é apenas uma parte da História, o processo de transformação operado pela e na educação, mas que, na verdade, tem a ver com a totalidade social de cada momento [...] não se pode desconsiderar que, sendo parte, ou justamente por isso, por um lado, não é absoluta, nem está isolada no tempo e no espaço e, por outro, está situada num contexto sócio-histórico, econômico e cultural, que tem a ver com a totalidade das relações sociais de uma determinada época e lugar. Portanto, não existe uma história da educação no sentido estrito, como se ela estivesse à parte do conjunto da história geral [...] temos uma história única: a do homem, da sociedade, a história geral e, inerente a ela, uma de suas dimensões, a educação formal.

Assim, muitas vezes a pesquisa poderá supervalorizar uma particularidade, apresentada como se fosse totalidade, perdendo o contexto e sentido histórico da História Geral, do que decorre um duplo desafio: recuperar a história da educação e, enquanto uma particularidade, entendê-la como expressão característica da universalidade; por outro lado espera-se, por intermédio dela, possibilitar a compreensão da história como um todo. (SILVA et al., 2013, p.33)

Portanto,

A dificuldade de pensar-se teoricamente a produção sobre o âmbito das histórias das instituições escolares tem uma de suas raízes na crise de paradigmas e na crise da modernidade que trouxe consigo a volta da história narrativa, a fragmentação da realidade e, portanto, a crença de que a história das instituições escolares é acessível apenas a conhecimentos fragmentários, negando metodologicamente a relação entre o particular e o universal. (NASCIMENTO et al., 2007, p.165)

Ao falar em instituição, é preciso ter em mente que toda e qualquer instituição é criada para atender a uma necessidade. Mas não é qualquer necessidade e sim uma necessidade de caráter permanente. (NASCIMENTO et al., 2007, p.4)

Nessa perspectiva, os autores consideram que:

[...] Por isso a instituição é criada para permanecer. Se observarmos mais atentamente o processo de produção de instituições, notaremos que nenhuma delas é posta em função de alguma necessidade transitória, como uma coisa passageira que, satisfeita a necessidade que a justificou, é desfeita. Para necessidades transitórias não se faz mister criar instituições.

Dessa forma, Gomes (2001, p.2) conclui:

[...] Afinal, as relações de dominação e subordinação estão presentes em todas as dimensões do social, e a educação escolar, como qualquer outra instituição criada pelo homem, não é obra do acaso, mas uma construção social, produto de uma determinada correlação de forças na sociedade.

Estabelecemos, também, a necessidade do desenvolvimento da pesquisa de campo, além da pesquisa bibliográfica e documental, o que envolveu coleta de dados junto aos sujeitos possíveis de serem entrevistados. Os documentos, as imagens da época, depoimentos de pessoas envolvidas no assunto, bem como os documentos da escola, do governo e notícias veiculadas pela imprensa local estabeleceram uma relação dialética entre a cidade, sua atividade produtiva e o ensino que passou a receber a influência e a interiorizar aspectos da mentalidade burguesa. (CARVALHO, 2010, p.8, 9)

Portanto, a necessidade de fazer pesquisa sobre uma determinada instituição a partir das seguintes considerações de Nascimento et al. (2007, p.25) pode assim ser explicada:

[...] será necessário, na análise das instituições, correlacioná-las com as condições sociais nas quais emergiram segundo contextos histórico-geográficos determinados. Levando isso em conta, um eixo importante de articulação das análises será dado pelo público-alvo. Ou seja, trata-se de formular a questão: a quem se destina a instituição que estou me propondo a reconstruir e que resultados ela pretende atingir com a ação empreendida? [...]

Buscou-se verificar também, quais os planos do governo com relação aos jovens da época diante da Segunda Guerra Mundial e que, países envolvidos na

Guerra, incentivavam sua juventude a ser treinada para o combate. A partir disso, quisemos verificar se havia alguma relação entre essa prática e a intenção do governo em criar um ensino secundário gratuito para todos.

Para Salgado (2011, p.6),

Na atualidade, os estudos sobre as instituições escolares buscam romper com a perspectiva descritiva, baseados somente nos registros oficiais da escola. Isso implica um conteúdo teórico-metodológico que considere a relação entre o particular e o universal, uma das maiores dificuldades para os pesquisadores da História da Educação.

Os dados obtidos com o levantamento propiciado pela pesquisa foram comparados com a situação da instrução da população para verificar a necessidade da instalação da instituição de ensino.

Essa busca de informações foi relevante para entender o processo facilitador de criação e instalação de uma instituição privada que ofertava o ensino secundário na cidade pesquisada.

Mostraremos que o governo tratava a educação como um instrumento estratégico de manutenção da ordem, com perspectivas de seus projetos políticos ligarem-se direta ou indiretamente aos interesses da burguesia.

Embora o núcleo da problematização da dissertação esteja constituído na criação de uma instituição privada que ofertava o curso secundário, outras questões emergiram no transcorrer do estudo, como o fato de o curso primário ser mantido pelo poder público, a edição dos decretos para o ensino no Brasil a partir de 1942 e o relato da situação política que o Brasil estava vivendo no início da década de 1940.

Pretendeu-se produzir um material que serviu para reconstruir a história do Ginásio Ciências e Letras, juntando-o a outras instituições escolares, facilitando o mapeamento das instituições na cidade de Sorocaba, o que contribuiu para a História da Educação no país.

As fontes indicaram falta de oferta suficiente para suprir a demanda de pessoas interessadas ou aptas com idade escolar para cursar o ensino secundário gratuito. A criação de uma instituição privada na cidade não alterou esse desprezo do governo quanto ao ensino gratuito para a população, mas instigou a desconfiança de que ela veio somente para atender aos interessados com condições financeiras para pagar os estudos e dar continuidade ao ensino superior.

Portanto, a pesquisa historiográfica dessa instituição contribuiu para a reflexão e compreensão das razões que justificam sua existência.

Adissertação foi dividida nos seguintes capítulos:

a) O mundo na década de 1940, que se refere aos acontecimentos que o mundo estava vivendo: governos totalitários, nacionalismo e guerra, com ênfase na importação das ideias nacionalistas de países da Europa, que influenciaram o governo brasileiro a manter a mesma ordem que incutiram em seus cidadãos adultos e principalmente jovens, através da propaganda: a importância do treinamento para o combate. No Brasil, o governo representado por Getúlio Vargas de 1937-1945, denominado Estado-Novo, foi considerado um período nebuloso, devido às ações controladoras e repressivas do governo, pautado num sistema de governo com base em uma constituição que repudiava o comunismo e sua dependência brasileira perante outros países: industrialização, alimentação, combustíveis e capitalismo internacional.

Relatamos também a continuidade da divisão de classes sociais, diagnosticada na divisão do ensino. As leis orgânicas criadas para o ensino secundário tiveram um sentido amplo, mas o ensino não foi direcionado para a classe trabalhadora, que ficou com o ensino profissional para abastecer a mão de obra brasileira.

b) O Ensino Secundário em Sorocaba na década de 1940, que mostrou as características da cidade na década estudada, sua urbanização e os serviços públicos oferecidos, denotando o espírito de modernidade que a cidade viveu rumo à industrialização e à adequação ao capitalismo internacional desejado pelas elites locais e brasileiras.

Fizemos a coleta de dados da população local, o grau de instrução, quantidade de escolas e quantidade de pessoas habilitadas para o curso oferecido pela instituição pesquisada.

Foi importante registrar os representantes do poder político local e suas atuações frente à educação escolar: ensino primário, secundário, técnico e superior, para verificar qual o interesse em se entusiasmarem com a instalação de uma instituição privada na cidade.

c) A Criação e a instalação do Ginásio Ciências e Letras, uma instituição privada que ofereceu o ensino secundário na cidade de Sorocaba, ensejou a investigação de documentos de autorização de funcionamento da instituição e sua clientela.

Destacamos o Jornal Cruzeiro do Sul, que divulgou as necessidades dessa instalação com reportagens sobre o conceituado grupo de educadores responsável por essa empreitada e o apoio do prefeito da época.

O resultado referente ao número de alunos matriculados para o ensino secundário da instituição pesquisada foi consideravelmente bem menor do que a demanda de pessoas habilitadas que compunham a população da cidade, denotando que a instituição não satisfaz às necessidades da maioria da população. A minoria, considerada com condições financeiras de iniciar e se manter no curso oferecido foi a que teve acesso.

E, finalmente, apresentamos as considerações finais.

2 O MUNDO NA DÉCADA DE 1940

Neste capítulo procurou-se relatar alguns fatos marcantes no mundo, que resultaram na situação que as nações estavam vivendo no início da década de 1940, com uma análise sobre os motivos que faziam representantes de vários países optarem pelo desenvolvimento da indústria, incentivando a produção industrial e inculcando no cotidiano das nações a importância de se prepararem para o combate. Para isso, utilizou-se a educação como ferramenta para atingir seus objetivos e a política armamentista, com o intuito de manter o controle da situação econômica capitalista dos países, devido aos efeitos da quebra da bolsa de Nova York, conhecida como crise de 1929. (CARONE, 1991, p.13, 14)

O fato inicial desse processo histórico se deu a partir dos motivos que geraram a Segunda Guerra Mundial (1939-1945), advinda dos resultados da Primeira Guerra Mundial, que se liga, por sua vez, à Crise de 1913.

Segundo Carone, (1991, p.8, 9):

Para Marx, as crises cíclicas, estudadas por ele, são “sempre testemunhas violentas, mas momentâneas, das contradições existentes, brutais explosões que restabeleceram o equilíbrio abalado, interrompido por um momento”. O seu aspecto fundamental é o “resolver as contradições, ainda que por meios de destruição e violência anárquicas, de reestabelecer o equilíbrio e de permitir a retomada da produção capitalista a um nível superior.”

Com a influência do discurso dos governantes da Alemanha, Itália e Japão, que compunham o grupo do Eixo na segunda Guerra Mundial, suas ideias, seus objetivos e as consequências ao longo desta década foram demonstrados com ênfase nos fatos que fizeram com que o governo brasileiro tenha se inspirado e estabelecido, desde 1930, um regime de governo similar aos regimes italiano e alemão, os quais tinham a disseminação do regime russo que, em 1917, tornou-se comunista.

Conforme Martins (2005, p.24): “[...] os Estados Unidos também tinham esse regime, uma vez que era dotado de um regime democraticamente capitalista, estimulava e detinha o poder do capitalismo mundial”.

Os Estados Unidos desejava apropriar-se de terras ricas em matéria prima, principalmente o petróleo, para obter o controle da exportação e da indústria bélica. Marinho Júnior (1970, p.35) cita:

[...] E tão essencial à estratégia bélica era a continuidade desse suprimento que houve um momento em que a Inglaterra só tinha trigo para alimentar seu povo durante duas ou três semanas, e petróleo para alimentar sua frota e seus exércitos por igual tempo, enquanto que nos EUA, 900 toneladas de trigo e milhões de barris de petróleo aguardavam no cais do porto. Pois bem, houve uma mobilização de todos os navios, dando-se preferência ao petróleo para abastecer as forças armadas, sobre o trigo que poderia ter alimentado o povo.

Marinho Júnior (1970, p. 33) relata que:

Se em tempos de paz o petróleo se havia tornado objeto de intensas rivalidades entre os grupos internacionais, elas seriam mais vigorosas [...], sobretudo, o papel de destaque desempenhado pelo petróleo nos cursos das operações militares da I Guerra Mundial [...] em novembro de 1918, Lorde Curson, membro do Gabinete Britânico de Guerra, declarava que os “aliados foram conduzidos à vitória sobre ondas de petróleo.”

“Traduzindo com fidelidade a vital importância do petróleo no curso da I Guerra Mundial na estratégia militar, temos a produção russa, que em 1942 estava em 770 mil barris de petróleo.” (MARINHO JÚNIOR, 1970, p.37)

No Brasil, conforme Cohn (1968, p.19, 20):

[...] A característica básica desse período foi polêmica entre os órgãos de administração pública e grupos ou cidadãos privados, no tocante à política mais adequada para incrementar a exploração do petróleo no país, sem incorrer no risco de fazer o jogo dos grandes grupos internacionais [...] pelos interessados na exploração privada do petróleo. [...] A manifestação mais vigorosa dessa polêmica partiu de um dos interessados diretos, na época, na exploração do petróleo pela iniciativa privada: Monteiro Lobato.

Cohn (1968, p.41) cita:

[...] o impulso industrializante e a expansão da rede rodoviária, ambos pressionando no sentido de um aumento das importações do petróleo. Essa pressão sobre as importações – única fonte de suprimento desse combustível, na época – adquiria, assim, relevância excepcional, de vez que já não tratava apenas de considerar a crescente absorção de recursos que suscitava no comércio internacional do país, mas também daquilo que representava em termos de dependência nacional em relação ao exterior.

Neste contexto, Cohn (1968, p.57) expõe que o ministro da Justiça Francisco Campos ressaltava:

[...] os imensos interesses da campanha de combustível, estreitamente ligados à economia e à defesa do Estado, não podem ficar à mercê do formalismo burocrático, por melhores que sejam as intenções da legislação relativa ao funcionamento público [...]exercer fiscalização sobre empresas particulares que se organizarem em forma de consórcio para dominar sem competição o mercado; manter os estoques de combustível necessário à movimentação das indústrias do país e à sua eficiência bélica [...] (COHN, 1968, p. 57)

Com esse panorama mundial, na década de 1940 o Brasil tornou-se influenciado e dependente de outros países, adquirindo um sistema de governo herdado de outros países: centralizador, utilizando a imprensa como forma de controlar a censura e manifestações contrárias a ele, perseguindo e reprimindo opositores políticos, principalmente partidários do comunismo, mas não deixando de manter o diálogo com a classe burguesa, melhor dizendo, a classe dirigente, representada pela influência da Igreja e das Forças Armadas, que foram mostradas.

A partir desses fatos citados, não foi possível identificar em que momento a educação e o ensino seriam contemplados com a importância por eles merecida. Infelizmente, somente foi possível acompanhar o cenário de guerra e encontrar normas que foram impostas através da educação da época, para que a nação aceitasse as determinações de um chefe de governo de outros países, como também no Brasil: a obediência, de acordo com as implicações econômicas inseridas no país, deixando oculta a distância entre o sentido de educar para a vida e o poder adquirido pela força de guerra, pelos discursos de vários chefes de governo e propagandas veiculadas em vários países, com o objetivo de tornar a esperança de vitória, uma forma de solução dos problemas que uma nação estaria enfrentando.

Esses mesmos chefes de governo também estimularam o desenvolvimento industrial, uma vez que buscávamos status econômico, alcançado pela produção da indústria, principalmente a bélica.

2.1 Conflitos

Conforme Martins (2005, p.24), na década de 1940, “[...] o mundo vivia o cenário de intensos conflitos bélicos”, a Segunda Guerra Mundial, que se iniciou

em 1939, aproximadamente duas décadas depois do fim da Primeira Guerra Mundial (1914-1918). Essa batalha resultou aos países derrotados, (Alemanha e Áustria-Hungria) duras e severas imposições fiscais, econômicas e políticas, estabelecidas pela França e Inglaterra, com a criação do Tratado de Versalhes (1919). Esse documento obrigou a Alemanha a assinar o acordo e pagar altas taxas de indenizações e tributos aos países que formavam a Tríplice Entente: Rússia, França, Inglaterra e aos EUA. Os países derrotados devolverem a região da Alsácia e a Lorena para os franceses, a Alemanha ceder à Polônia, o território denominado corredor polonês e, sobretudo, obrigada a ajudar economicamente na reconstrução dos países europeus devastados pelo poderio bélico humano.

[...] os governantes e a população da Alemanha e a Áustria-Hungria, humilhados e insatisfeitos com essas imposições feitas pelo tratado, apelidado pelos alemães, Tratado de "Ditado" de Versalhes, fizeram surgir vestígios do início de uma nova guerra mundial com o clima de revanchismo entre as nações europeias. (MARTINS, 2005, p.25)

E, para aumentar ainda mais o clima de tensão na Europa, a economia dos EUA tinha sofrido uma das maiores quedas registradas na história, a quebra da Bolsa de New York, em 1929, quando a economia norte-americana se encontrava no ápice do desenvolvimento econômico desde 1920, com grandes produções de mercadorias, consumismo e compra de ações de diversas empresas, que de repente caíram, agravando os problemas econômicos e sociais dos países capitalistas. Estimulando as camadas populares a apoiar movimentos extremistas, o comunismo: as ideias básicas de Karl Marx estão expressas no livro *O Capital* (1968) e no *Manifesto do Partido Comunista* (1998), obra que escreveu com Friedrich Engels, economista alemão. Marx acreditava que a única forma de alcançar uma sociedade feliz e harmoniosa seria com os trabalhadores no poder. Em parte, suas ideias eram uma reação às duras condições de vida dos trabalhadores no século XIX, na França, na Inglaterra e na Alemanha. Os trabalhadores das fábricas e das minas eram mal pagos e tinham de trabalhar muitas horas em condições desumanas. Portanto, o comunismo, segundo Marx, é o último e mais alto estágio de desenvolvimento.

Outro movimento extremista foi o nazi-fascismo, uma ideologia, marcada pelo seu caráter nacionalista, antidemocrático, antioperário, e antissocialista. O nazi-fascismo emergiu como resultado político da Primeira Guerra Mundial e expandiu-se

pela Europa como reação ao avanço do movimento operário-socialista, amparado pela instauração do comunismo na União Soviética.(ARNAUT, 1994)

Nos EUA, milhões de pessoas ficaram desempregadas e falências de empresas rapidamente se estenderam para a Europa e outros continentes, afetando o mundo inteiro a partir de 24/10/1929. Assim, os EUA deixaram de importar de outros países, que ficaram com suas mercadorias encalhadas e automaticamente entraram em crise.

A Alemanha deixou de receber capitais e a situação piorou drasticamente, com cerca de 80% da sua população desempregada, dando origem a um novo regime para combater a fome, o desemprego e reestruturar a economia. Na Itália, a situação era bem parecida com a situação alemã; os italianos estavam descontentes com a França e a Inglaterra, que não permitiram à Itália anexar as regiões em litígio com a Áustria.

Com esses países arrasados, necessitando levantar suas economias, a Alemanha intensificou seus movimentos sociais, instituindo o regime nazista¹, e a Itália, o fascismo². Ambos, com governos totalitários³, fortes objetivos militaristas e expansionistas⁴, começaram os regimes nazifascistas, na década de 1930, e a retomada dos territórios que haviam perdido pelo tratado. Adotaram a industrialização, principalmente na criação de indústria de armamentos e equipamentos bélicos, apoiada por inúmeros capitalistas, como Henry Ford e Gustav Kropff etc. (WOLFGANG, 2002)

E assim, o regime nazista foi decisivo para o grupo do Eixo assumir o controle de vários Estados.

O Japão, representado pelo seu imperador Hirohito, também possuía fortes desejos de expandir seus domínios para territórios vizinhos e ilhas da

¹ Fundado aos moldes do fascismo italiano. O Partido Nazista ficou a cargo de Adolf Hitler que representava a Alemanha como chanceler. (JIMENÉZ CORES, 2007)

² O fascismo nasceu oficialmente em março de 1919, quando Mussolini fundou o *Fascio di Combattimento*, em Milão, com um programa de nacionalismo, ataque à classe liberal, republicanismo, anticlericalismo e anseios de renovação social, encarnando assim, as posições de uma pequena burguesia irrequieta e, principalmente, dos ex-combatentes. (TRENTO, 1986)

³ Tipo de Estado, difundido na Europa entre as duas grandes guerras mundiais, que exerce um enorme controle sobre todas as atividades sociais, econômicas, políticas, culturais e religiosas. A direção do aparelho estatal está a cargo de um único partido político ou de um chefe. (FRIEDRICH; BREZEZINSKI, 1965)

⁴ Altos investimentos na produção de armas e equipamentos de guerra. Fortalecimento das forças armadas como forma de ganhar poder entre as outras nações. Objetivo de expansão territorial através de guerras. Expansão territorial: uma necessidade à sobrevivência da nação. (ARNAUT, 1994)

região para formar um grande império asiático, conquistando regiões ricas em matérias-primas, sobretudo petróleo e borracha, necessários para manter sua máquina de guerra. Suas relações com os EUA eram divergentes, uma vez que os dois países tinham grande interesse na China.

Os líderes destes três países, Alemanha, Itália e Japão, com objetivos expansionistas, uniram-se, formando o Eixo, um acordo com fortes características militares e com planos de conquistas elaborados em comum acordo, imbuídos de um sentimento de vingança, revanchismo e a adoção de uma política de alianças.

A ascensão do regime nazifascista utilizou-se da publicidade como estratégia para alienar seu povo e garantir seu plano de governo com palavras hipnóticas de uma autoridade cultuada, controlando a imprensa: rádio, teatro, cinema, literatura e artes. Ele oferecia segurança e perspectiva de melhores dias, incutindo na mentalidade do povo a visão de mundo nazista. A educação da infância e juventude, em especial, foi usada como uma ferramenta do Estado, para gravar no cérebro e no coração de crianças e adolescentes o orgulho de pertencer à raça ariana, bem como a obediência e a fidelidade ao Führer.

Houve grande aceitação do fascismo e do nazismo por parte da população desses países, que se consideravam prontos para o combate que viria logo a seguir. O temor do governo alemão em relação à influência dos movimentos grevistas na Rússia ao tornar-se comunista em 1917, fez com que os líderes desses dois países argumentassem sobre a necessidade desses movimentos socialistas que, como o comunismo, tentou dar aos cidadãos, principalmente operários desempregados pela diminuição do comércio, uma vida melhor. (CARONE, 1976,p.24)

As juventudes Hitlerianas foram um fornecimento de leais camaradas nada desdenhável [...] caracterizaram-se por sua coesão, sua fidelidade incondicional ao regime e por seus imponentes recursos humanos, pois, em 1934, apenas um ano depois da tomada do poder, elas eram formadas, por mais de 3,5 milhões de afiliados [...] do começo da guerra, forçou-se o alistamento na organização juvenil a todos os jovens, tanto homens quanto mulheres, que passassem dos 10 anos de idade.

Formação dos filhos do Estado. Focalizando-nos na educação, é importante ressaltar que “o Estado Nacional deve atuar presumido que um homem medianamente educado, mas saudável de corpo, firme de caráter e cheio de confiança em si mesmo e com força de vontade é mais valioso para a comunidade que o detentor de uma alta cultura, mas ao mesmo tempo debilitado e pusilânime”. Por isso, “nas escolas de um Estado Nacional, deve-se dedicar mais tempo ao exercício corporal”, sendo preferível que se pratique o boxe, já que “não existe esporte algum que estimule tanto como este o espírito de ataque”. A pátria precisa de jovens robustos e sem medo de lutar. (JIMÉNEZ CORES, 2007,p. 160, 195)

As invasões dos alemães e italianos estenderam-se em vários países europeus, e a dos japoneses, nos países do continente asiático.

Para combater essa invasão territorial pelo Eixo, os países Inglaterra, URSS, França e Estados Unidos formaram o grupo dos Aliados, atacaram o grupo do Eixo e aumentaram a devastação humana.

Segundo Martins (2005, p.20), até março de 1941, politicamente, os Estados Unidos demonstraram neutralidade e, com intenções de captar dinheiro, o presidente Franklin Delano Roosevelt⁵ submeteu ao Congresso um programa de ajuda em material de guerra aos países Aliados em luta. Os EUA se aproveitaram da guerra e aprovaram a lei de empréstimos e arrendamentos em virtude da qual eles forneceriam aos inimigos do fascismo e nazismo armamentos, víveres e serviços no valor de quarenta e nove bilhões de dólares, que serviriam para sanar o problema financeiro da grande nação norte-americana, significando um ótimo negócio econômico: alimentar a luta dos aliados em favor de seu país.

A atuação dos EUA contribuiu para a vitória dos Aliados e, com essas vendas de suprimentos, armas e munições para o bloco dos Aliados durante o conflito, o país saneou sua situação financeira, então à beira da falência.

A interpretação desses fatos relatados anteriormente sinalizou que os líderes dos países envolvidos no conflito prestigiavam o combate e internalizavam, na juventude, a importância da produção de armas de guerra, referindo-se à indústria de armamentos.

2.2 O Brasil na década de 1940

O Brasil, na década de 1940, tinha uma população de 41.236.315 habitantes. A maioria da população declarou ser da religião católica, um total de 39.116.725 (IBGE, 1940, p.35), significando que o destino da população do país seria influenciado por esse segmento religioso.

⁵ Eleito em 1932 para tirar os Estados Unidos da Grande Depressão gerada pela Crise de 1929, foi o primeiro presidente democrata em doze anos que tinha uma abordagem decididamente diferente da de seus antecessores em relação à indústria do petróleo. Roosevelt enxergava muito bem a importância do petróleo não somente para a vitória da Segunda Guerra Mundial, mas também para a estabilidade dos Estados Unidos. (JUHASZ, 2008)

Sobre a imigração: em 1808 se iniciou a imigração internacional, mantendo-se até o século XX. Nos anos de 1930, ela atingiu patamares reduzidos em relação aos períodos anteriores, graças “a grande depressão da economia mundial, em 1930 e, particularmente, nossa economia cafeeira”. (AZEVEDO, 1970, p. 76)

Portanto, o declínio do movimento imigratório foi, em parte, decorrência da chamada crise do café, e também das peculiaridades da política e da economia europeia nos anos de 1930, impondo sérias restrições à imigração do País. (AZEVEDO, 1970, p. 77)

Desde a Primeira Guerra Mundial, vinha declinando acentuadamente a imigração estrangeira no País. O conjunto de imigrantes passou a ser formado principalmente por mulheres, crianças e idosos com redução significativa de pessoas potencialmente ativas. Essa imigração estava relacionada a situações de conflitos políticos, religiosos e também étnicos.

O Censo de 1940 sofreu os reflexos dessa situação e a distribuição da população do país segundo a nacionalidade, revelou que (96,6%) eram brasileiros natos e o percentual de estrangeiros era de (3,1%).

Os países que antes de 1940 enviaram mais imigrantes foram àqueles pertencentes à antiga União Soviética e países do leste europeu, acompanhados dos japoneses, com proporções superiores a (40,0%).

Na desagregação regional da informação da nacionalidade, observou-se que a região sudeste quase alcançou o dobro da média nacional na proporção de estrangeiros que fixaram residência antes do Censo de 1940. Nesse caso, o peso maior foi dado pelo Estado de São Paulo, que desde o final do Século XIX atraiu importantes contingentes de imigrantes europeus, principalmente para o chamado complexo cafeeiro.

Quanto aos brasileiros naturalizados, a região sul foi de maior percentual em 1940, enquanto a região nordeste praticamente não atraiu imigrantes até 1940.

A população do Brasil acima de 10 anos ocupava atividades domésticas e escolares (11.879.899), em seguida (3.094.557) pessoas estavam em condições mal definidas ou não declaradas.

No ano de 1940, a principal atividade da economia era a indústria de transformação com pessoas acima de 10 anos que se ocupavam para essa atividade (1.398.229), atraindo trabalhadores de todas as partes do país, os quais foram para a zona urbana em busca de melhores condições de vida e

abandonaram suas propriedades rurais devido à diversificação das atividades agrícolas e a redução das áreas de plantio de café.

Tal cenário foi gerado pela superprodução e pelos prejuízos ocorridos com a crise mundial de 1929, resultando em desemprego, além da dependência dessa agricultura cafeeira sofrer com as intervenções do governo nas questões de dívidas e créditos.

Até o ano de 1940, 28,2 milhões de pessoas, o equivalente a 2/3 da população brasileira, concentravam-se nas áreas rurais onde (9.430.518) pessoas acima de 10 anos se ocupavam em atividades da agricultura, pesca e silvicultura.

Portanto, o país possuía características eminentemente agrícolas, com forte presença da agricultura de subsistência e do grande latifúndio.

Mas, a situação da agricultura do café agravou-se a partir de 1939. As dificuldades de temperatura ideal para mantê-la e a interrupção da exportação, originada pelo início da Segunda Guerra Mundial, gerou no Brasil interferências em todo o setor agrícola, causadas pelo fato de os navios mercantes brasileiros serem torpedeados por submarinos da Alemanha nazista e a escassez de produtos estrangeiros. Isso incentivou o governo a impulsionar outras atividades, apesar da agricultura do algodão crescer e atingir (500%) de produção, comparado com os anos de 1920. O destaque foi o Estado de São Paulo com a produção de algodão de (59%) e que não superou o resultado da produção industrial em 1941, que somou (22.512.550) contos de réis, comparado com a agrícola, que foi de (8.682.414), conforme dados do Ministério das Relações Exteriores de 1941. Essa diferença de valores não significou que a indústria seria próspera, pois a situação era crítica do ponto de vista técnico, de lucros e de produtividade. O impasse só foi aliviado a partir de 1941 e 1942, quando a Segunda Guerra Mundial se intensificou e a indústria produziu para atender o mercado interno e externo, acarretando fatores críticos como o aumento da dependência do Brasil em relação aos países capitalistas: combustíveis, capitais, técnicas; ou o desenvolvimento interno, voltado mais para a produção agrícola da monocultura e exportação. (CARONE, 1976)

Segundo Carone (1976, p.57, 61), “o fenômeno do crescimento industrial no mundo, fez com que o Brasil expandisse a produção industrial básica atingindo 1.192% entre 1930 e 1939.”

Mesmo assim, em 1942, a Missão Cooke, denominada Missão Técnica Americana, enviada para o Brasil a fim de fazer um relatório ao presidente dos

Estados Unidos, considerou a situação do Brasil um estágio primitivo de desenvolvimento industrial. Foram levantados pelo relatório, pontos negativos como a carência de um adequado sistema de transportes, carência de um satisfatório abastecimento interno de combustível, ausência de uma tradição e fundos nacionais para investimentos industriais, regulamentação que desestimulava o fluxo de capital alienígena, regulamentação que restringiu o fluxo de imigrantes, ausência de um sistema adequado de educação técnica, baixo nível de salários da mão-de-obra brasileira, reduzindo a produtividade e restringindo o mercado interno, ausência de organização fabril adaptada à produção em larga escala, predomínio de uma política de mercados baseada em altos preços, baixa circulação e impostos de consumo que aumentam os preços, perigo de concorrência estrangeira no pós-guerra, além do fator guerra e o decréscimo da navegação marítima.

Carone (1976, p.61) também afirma que:

[...] ocorre que o Brasil dependia muito da exportação de matérias-primas e importações de produtos básicos, tornando o país vulnerável aos mecanismos de mercado, principalmente com a guerra, tornando restrita a existência do mercado interno porque a renda per capita no Brasil era vinte e cinco vezes inferior à dos Estados Unidos, uma vez que, condicionado às necessidades do consumo, estas variam de acordo com a produtividade e com o estágio da educação das populações, que dependia dos recursos disponíveis para o seu custeio, tinham salários baixos tanto trabalhadores do campo como os da cidade. Os salários médios na indústria de transformação em 1940 de 100\$0e em 1943 passou a ser 90\$0.

Carone (1976, p. 62) continua:

Na verdade, como diz Roberto Simonsen, o problema da produtividade também estaria ligado ao “aparelhamento econômico e eficiência técnica”, que leva, como nos países capitalistas adiantados, à formação de um proletariado com maior capacidade técnica de trabalho e, em consequência, maiores salários e maior consumo.

Verifica-se que, por estas razões, do ponto de vista técnico e modernizador, a indústria têxtil então necessitou somente de (10%) de operários especializados. Os outros poderiam ter experiência menor, sendo que a produção moderna, automática, exigiu, no entanto, preparo técnico adequado e, por isso, ela dependeu da vinda de estrangeiros italianos, espanhóis, alemães, portugueses etc. A maioria deles já estava morando nas regiões urbanas com interesses na indústria de transformação, e atingiram um total de (1.283.833), equivalente a (3,1%) da população brasileira em 1940, conforme verificamos anteriormente.

Com relação às máquinas para a indústria, Carone (1976) verificou que, em 1943, São Paulo tinha somente (18%) de máquinas novas, modernas e produtivas; (60%) tinham mais de dez anos, além daquelas de idade desconhecida e de instalações antigas. Esse resultado foi causado pela crise de tecidos em 1928, que fez diminuir a importação e a proibição da importação de máquinas pelo governo federal em 1931 e 1937, principalmente de indústria têxtil, a mais antiga do Brasil, na qual o total de máquinas em São Paulo, por exemplo, era somente de (12.095), ou seja, (16,6%) as de menos de cinco anos e; (39.891), as mais de dez anos. Isso significou que realmente as máquinas eram obsoletas, desgastadas pelo uso e, naturalmente, com resultado técnico inferior em qualidade e produção e, superior em desgaste de matérias-primas.

Diante desses números crescentes de insuficiência de máquinas e resultados não satisfatórios com relação aos lucros, os industriais, necessitando de mão de obra especializada, instalaram, em 1942, o Serviço Nacional de Aprendizagem dos Industriários (SENAI), motivados também com a comparação de um operário da indústria brasileira que ocupava em média dois teares, com o da indústria russa que cuidava de 146 teares. (GALLIEZ, 1950)

Esta situação significou que os trabalhadores da indústria brasileira eram desprovidos de máquinas que alcançassem resultados capazes de competir com o mercado de exportação, visto que os operários não tinham o conhecimento para tanto. A maioria cursava até o ensino primário e não tinha a oportunidade oferecida pelo governo de continuar os estudos, requerendo a instalação do SENAI para que os trabalhadores se especializassem em benefício da indústria, com mão de obra especializada através do ensino técnico, oferecido pelos próprios donos da indústria. Ou seja, eles seriam apenas treinados para fazer o trabalho específico para a indústria, o que os manteria conformados com o ritmo de trabalho e sustentaria sua posição de classe operária.

2.3 Governo de Getúlio Vargas – Estado Novo (1937-1945)

Com o mundo assistindo aos governos com doutrinas totalitárias, no Brasil Getúlio Vargas inaugurou o Estado Novo (1937-1945). Carone (1976) considera

que esse período “aparece como uma época nebulosa, onde a ação nefanda de seus dirigentes tornou um dos mais obscuros e obscurantistas da história do Brasil”, refletindo tendências fascistas e forte influência das Forças Armadas e da Igreja, onde foi outorgada uma nova Constituição, em 10 de novembro de 1937.

[...]é interessante lembrar que todo esse período de 1930-45 já é nomeado Era Vargas, pois os componentes de autoritarismo e nacionalismo que costumam ser vistos como marcas do Estado Novo (1937-1945) já estavam presentes na própria Revolução de 1930, devido às influências das Forças Armadas e da Igreja Católica, que concorreram, entre outros fatores, para tornar viável este movimento na medida em que viam nele a oportunidade de colocarem em prática os seus projetos de “educação do povo”. (HILSDORF, 2005, p.91, 92)

O governo instaurado por Getúlio Vargas se articulou no poder a partir de 1930, assumiu o governo provisoriamente, dizendo que a revolução⁶ fora feita para restituir a liberdade do povo. Ele conseguiu se eleger através de sua eleição indireta em 1934 e decretou, em 1937, um novo regime de governo, o Estado Novo. (BUENO, 2010, p.340, 348)

Foi um período marcado pelo autoritarismo, pela supressão das liberdades individuais e pela forte intervenção estatal, sustentada pela nova Constituição do Brasil, de 1937, conhecida como Constituição Polaca, baseada na Constituição autoritária da Polônia, inspirada no fascismo, nazismo e salazarismo: todos com um projeto político autoritário e centralizador. Apoiado nestes exemplos, seu regime de governo reafirmou vários dispositivos que alargaram os poderes do presidente, suspendendo todos os direitos políticos, abolindo os partidos que disputavam vagas no Poder Legislativo e organizações civis, fechando o Congresso Nacional, as Assembleias Legislativas e as Câmaras Municipais.

Para dar ao regime uma aparência legal, Francisco Campos, aliado de Getúlio, redigiu essa nova constituição, que ampliou poderes presidenciais ampliando o direito de intervir nos poderes Legislativo e Judiciário.

Partindo dessas afirmações, foi possível identificar o interesse do governo em manter sua população treinada para o trabalho, com o mínimo de recursos para sua sobrevivência, significando claramente que a oportunidade de adquirir conhecimento após o ensino primário era consideravelmente possível para quem

⁶ Revolução de 1930 significou a criação de um governo preocupado em modernizar o Brasil, através de um desenvolvimento industrial com a tomada do governo por Vargas. (BUENO, 2010)

tivesse condições de ingressar para a etapa seguinte, ou seja, a classe mais favorecida.

E, não diferente dos países que iniciaram o conflito, a intenção do ensino e da educação estavam voltados para o combate.

Conforme Schwartzman (1983, p. 200), observa-se que, durante o governo do Estado Novo, o ensino militar,

[...] se fortaleceu com a nova lei do Ensino Militar, que estabelece que só alunos do Colégio Militar e das escolas preparatórias de Cadetes poderão concorrer ao exame de admissão [...] se bem que em 1942 ainda possam concorrer àquela prova 20% de candidatos civis. A primeira seleção será feita, pois, em casas de ensino do Exército, em uma das quais, o Colégio Militar, os futuros chefes ingressam entre 11 e 13 anos incompletos [...] jovens já militarizados e possuidores de sólida base intelectual, que ainda se submeterão aos novos e maiores rigores do verdadeiro e último degrau da sua aspiração ao oficialato [...] (SCHWARTZMAN, 1983, p. 200)

Schwartzman (1983, p. 209) também afirma:

A Lei do Ensino Militar, aprovada pelo decreto-lei no. 4.130, de 26-11-1942, fixa de modo claro e preciso a finalidade do ensino no Exército [...] I - PREPARAÇÃO PRÉ-MILITAR – Essa preparação, que constitui um dos fundamentos da organização da juventude brasileira, é obrigatoriamente ministrada aos alunos fisicamente capazes dos Institutos civis de ensino primário e secundário ou em organizações reconhecidas oficialmente e que ministram esse ensino; a instrução pré-militar compreende a prática elementar de exercícios militares, a iniciação na técnica de tiro e noções rudimentares de organização do Exército, de disciplina e de hierarquia militar [...]

Francisco Campos dizia também que, “[...] o futuro da democracia depende do futuro da autoridade. Reprimir os excessos da democracia pelo desenvolvimento da autoridade será o papel político de numerosas gerações.” (CUNHA, 1981, p.99)

A justificativa dada à instituição do regime se deu por meio da Ação Integralista Brasileira (AIB), com Plínio Salgado, que representava a direita e era adepto dos ideais fascistas de Mussolini. Ao voltar da Itália em 1930, ele se utilizou desse discurso fazendo alusão ao plano Cohen, apresentado como um plano comunista para a tomada do poder – mas que não passava de um documento forjado, de autoria do então capitão Olímpio Mourão Filho, destacado como dirigente integralista para impedir um complô comunista, que ameaçava tomar conta do país pela Aliança Nacional Libertadora (ANL), que era representante da esquerda e simpatizante do ideal comunista em favor de uma reforma agrária no país. (WIAZOVISKI, 2008, p. 123)

Além de desmobilizar os grupos políticos do país, Vargas também reforçou o apoio ao regime, fortalecendo o tom populista. A ideia do compromisso remeteu a duas frentes que estabeleceriam, ao mesmo tempo, seus limites e potencialidades. Um compromisso junto aos grupos dominantes, consagrando um equilíbrio instável e abrindo espaço para a emergência do poder pessoal do líder, que passa a se confundir com o Estado como instituição; e um compromisso entre Estado/Príncipe e as classes populares, que passam a integrar, de forma subordinada, o cenário político nacional. O estilo de governo e política de massas integrou o núcleo do que seria o populismo da política brasileira. Ele intermediou sua relação com os trabalhadores ao oficializar a jornada de trabalho de (44) horas semanais, a carteira de trabalho, a determinação do salário mínimo e a efetivação dos direitos trabalhistas, com a nova legislação trabalhista unificada na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), posta em vigência em 1943. Assim, ele desmobilizou qualquer insatisfação contra o regime. Sua atuação, para muitos trabalhadores, foi considerada de interesses nacionais e defesa das necessidades dos menos favorecidos.

Sendo assim, o político Getúlio Vargas surgiu como um personagem que agiria de má-fé, mentindo e enganando o povo, sobretudo na época das eleições, prometendo tudo e nada cumprindo.

Segundo Wiazoviski (2008, p.125, 130),

[...] no cenário político da Era Vargas o anti-semitismo se manifestou fermentado pelo pensamento católico reacionário, pela literatura francesa de cunho racista, pelos paradigmas difundidos pelos regimes totalitários europeus e fez propaganda positiva dedicada ao governo.

Ou seja, a si mesmo divulgava suas ações, censurava os meios e materiais de comunicação ou manifestações artísticas interessadas em criticar ações do Estado Novo e do Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), o que surtiu grande efeito no país, quando foram observadas manifestações de oposição mínimas ao Estado Novo, resultando na aceitação de Vargas enquanto líder capaz e necessário para combater a ameaça comunista e promover o desenvolvimento nacional.

Com essas argumentações, foram lançadas as bases de sustentação de um longo período de ditadura.

Os detentores do conhecimento, ao tentarem expor suas manifestações contrárias ao governo, foram perseguidos, torturados e eliminados; junto a eles foram utilizados os mesmos métodos dos regimes de governo alemão e italiano.

Com relação à situação econômica e política mundial, Getúlio preocupou-se em seguir os moldes do capitalismo internacional, interessando-se incentivando o desenvolvimento econômico; eleabriu vários institutos e agências responsáveis pela regulamentação de várias atividades. Investiu na indústria pesada: a Fábrica Nacional de Motores, a Companhia Siderúrgica Nacional, a Companhia Vale do Rio Doce e a Hidrelétrica do Vale do São Francisco foram algumas das estatais que deveriam abrir portas para o surgimento de outras indústrias no país, fazendo com que a produção industrial alcançasse um crescimento aproximado de(11%) ao ano, no período de 1933 a 1939. Com esse padrão posto em prática no Brasil, houve interesses com outras nações para obter melhores condições econômicas e políticas, na defesa de uma política nacionalista. (CARONE, 1976, p.45, 48)

Vale esclarecer a trajetória da instalação da Usina Siderúrgica de Volta Redonda, iniciada em 1943, devido a um jogo hábil com os Estados Unidos e a Alemanha. Enquanto os Estados Unidos desejavam a adesão do Brasil contra as nações do Eixo, a Alemanha pretendia a neutralidade da nação sul-americana. De fato, foram os Estados Unidos que financiaram o empreendimento e forneceram a assistência técnica inicial para a Usina. Segundo alguns intérpretes desse acontecimento, teria sido esse o preço do alinhamento do Brasil ao lado dessa nação e, portanto, dos Aliados.

Um documento com a mensagem do Embaixador alemão no Brasil, Kurt Mac Pruffer, revelou que a usina se achava na pauta das conversações germano-brasileiras em 1943:

[...] Telegrama de Pruffer a Berlim: [...] A viagem de um enviado brasileiro aos Estados Unidos continua sendo considerada muito insegura aqui. Diz-se, contudo, que os Estados Unidos ofereceram muito favoráveis condições financeiras.

Posto que as negociações são evidentemente uma operação que forma parte de intensa ofensiva econômica da América dirigida contra a Alemanha, solicito se me autorize, por telegrama, a comunicar o seguinte ao governo brasileiro ou ao Presidente da República: 1) Estamos dispostos a comprar produtos brasileiros, em especial café e algodão, imediatamente depois do término da guerra. Ademais, se necessário, estamos dispostos ainda agora mesmo a firmar os contratos de compra; 2) Estamos dispostos e em situação de cumprir o contrato sobre a usina siderúrgica, dentro do período normal de entrega, e a aceder, em princípio, a aceitar produtos brasileiros em pagamento disso.

Estas comunicações seriam destinadas ao mesmo tempo a robustecer a posição política do Conselho Federal, ante as tentativas de miná-lo que estão fazendo, neste momento, os americanos e os aliados Pruffer. (VARGAS..., 1956)

O interesse pela indústria pesada demonstrou que o governo buscou a instalação das indústrias para os detentores do dinheiro, mantendo-os no poder, pois ofereciam vagas para mão de obra barata.

2.3.1 Participação do Brasil na Segunda Guerra Mundial

Na continuidade da Segunda Guerra Mundial, a autonomia da política externa de Vargas tomou outros rumos. Ele demonstrou favor ao regime nazista ao mesmo tempo em que preservou relações com o governo norte-americano, caracterizado como jogo duplo. Gambini (1977, p.105) afirma que a:

[...] influência comercial alemã no Brasil, superior por alguns pontos à americana, extinguindo-se porém bruscamente a partir de 1940. [...] É precisamente em 1940, já iniciada a guerra, que os Estados Unidos substituem a Europa como fornecedor de importações, ao mesmo tempo em que se tornam o maior consumidor das exportações brasileiras – posição detida pela Europa entre 1934 e 1939 – passando concomitantemente o Brasil a importar mais (52%) do que exportar (42%) para os Estados Unidos. Embora ocasionados em parte pela guerra, esses resultados são sem dúvida atribuíveis à política comercial previamente adotada.

Segundo Martins, (2005, p.38) até o ano de 1942, o Brasil mantinha-se neutro, mas, pela própria situação geográfica e relações de amizade, já fazia parte do bloco democrático ocidental, capitaneado pelos EUA, rompendo suas relações diplomáticas com o Eixo, principalmente porque vários navios mercantes brasileiros foram torpedeados por eles.

Assim, o posicionamento neutro tornou-se insustentável e, após receber um empréstimo de vinte milhões de dólares dos EUA e ter navios brasileiros afundados, o Brasil, influenciado pelos americanos, aderiu ao bloco dos países Aliados, enviando tropas para defender a democracia no continente europeu, consolidando uma aproximação ao fazer a política da boa vizinhança. (GAMBINI, 1977, p.135).

Gambini (1977, p.98) cita também o embaixador brasileiro Aranha, quando:

[...] questionava até que ponto o princípio de nação mais favorecida era vantajoso para ambos os países, dado que apoiava a proteção dos interesses americanos mas não podia negar a importância das relações comerciais entre o Brasil e a Europa. Uma política liberal inflexível implicaria a suspensão do comércio com a Alemanha e a Itália. Ora, o Brasil mantinha 57% de seu comércio global com esses dois países e não podia renunciar a essa situação tão facilmente com os Estados Unidos. (GAMBINI, 1977, p. 98)

O então presidente logo mobilizou as forças armadas, no meio de muita vibração e manifestação popular de repúdio às ações do Eixo e a favor dos Aliados, principalmente na cidade do Rio de Janeiro, no dia 22 de agosto de 1942.

Iniciou-se assim a mobilização de nossas forças armadas e foram convocados patrícios de todas as partes do país para iniciar os treinamentos a umaparcela de jovens pela Força Expedicionária Brasileira (FEB), criada em 8 de agosto de 1943.

Vinte e cinco mil soldados brasileiros partiram para o combate na Itália nos dias 2 de julho de 1944 e 8 de fevereiro de 1945, incorporados ao IV Corpo do V Exército Americano.

Com esses dados levantados, notou-se que o país estava envolvido no combate e, o poder público preocupado com o treinamento para a guerra e armamentos. Estava, assim, abrindo caminhos para que a educação almejada pelos cidadãos brasileiros fosse adquirida somente através das instituições privadas, porque as instituições públicas não tinham condições de serem criadas e mantidas, conformecitouSchwartzman (1983, p.193), quando

[...] passou o orçamento do Ministério da Guerra de 291.000 contos, em 1931, a 858.000, em 1940. [...] Deu-se solução ao problema do material de guerra, principalmente de artilharia de campanha, do Exército. Foram feitas aquisições que atendem às necessidades da instrução e do armamento[...] Deu-se o mais intensivo desenvolvimento à indústria militar[...]

O autor continua:

[...] Em 1939, justamente em 10 de novembro, quando se comemorava o segundo aniversário do Estado Novo, o ministro da Guerra pronunciou em seu discurso do Hospital Central do Exército estas palavras:
No começo da República tivemos que suportar uma mentalidade estranha, pregada por idealistas e filósofos, evadidos da nossa realidade, embora animados das melhores intenções, os quais, elevados por sonhos e utopias, não só queriam banir a guerra das cogitações dos responsáveis pela segurança nacional, como, ainda, desarmar o Exército do espírito militar e da sensibilidade guerreira.

Confirmou-se que o Brasil incentivou a indústria e compartilhou a ordem no país junto com as Forças Armadas, importou-se apenas com a alfabetização e o ensino técnico para dar suporte à indústria, enquanto que o ensino privado cuidou para que somente o grupo da elite burguesa alcançasse maiores informações para continuar o domínio do país.

Martins (2005, p.14) confirma:

E como só foram convocados, quase que só jovens com alguma experiência militar, daí eu não concordo com alguns ex-pracinhas que ameaçam uma espécie de crítica à nossa Força Expedicionária dizendo, quando são entrevistados, que a nossa gente foi para a luta como carneiros para o abate.

Essa afirmação significou que os jovens brasileiros não tiveram nenhum preparo à altura dos alemães fortemente armados. Mesmo assim, foram incentivados pelo governo e a população em sinalizar com os dedos o V de vitória com a Canção do Expedicionário. (ANEXO A)

E assim “[...]os EUA tiraram proveito da união dos países americanos, todos eles cristãos e pobres, sempre ansiosos por receber ajuda, principalmente financeira.”(MARTINS, 2005)

2.4 Divisão de Classes Sociais

Considerando os conflitos no mundo e a situação brasileira relatada anteriormente, há necessidade de esclarecer e conceituar o que são classes sociais e suas implicações ao longo deste estudo, tomando como ponto de partida a crise de 1929 e a Segunda Guerra Mundial, mostrando como elas afetaram não só a economia mundial, como ajudaram a abalar as condições sociais em geral, com mudanças nas estruturas dominantes e o aparecimento de novas classes, conforme a teoria de Karl Marx (1818-1883) sobre as classes sociais, resumidas em seis elementos: origem das classes sociais; polarização; classe objetiva e classe subjetiva, domínio de classe e luta de classes; classes progressistas e reacionárias e o fim do sistema de classes. O elemento domínio de classe e luta de classes, diz respeito à classe econômica dominante que controla e domina a sociedade,

inclusive o governo. Os governos modernos dos países capitalistas são considerados burgueses, porque servem aos interesses capitalistas e não ao proletariado; a política está subordinada à economia e os conflitos sociais importantes ocorrem entre a classe dominante e a classe dominada. (PILETTI, 1987, p.43, 44)

Foi a partir da segunda metade do século XVIII que a Revolução Industrial e a burguesia intensificaram seus domínios. Como consequência, a escola da nobreza, do tempo do Feudalismo, foi sendo substituída por uma escola mais moderna. Enquanto a primeira dava mais importância ao saber literário, o latim e à filosofia, a segunda começou a dar ênfase às disciplinas científicas. O desenvolvimento industrial provocou o surgimento da classe operária e vários fatores, como a necessidade de trabalhadores mais qualificados e a urbanização crescente, exigindo cidadãos mais educados, levaram a burguesia a convencer-se de que os trabalhadores precisavam de alguma instrução. Foi assim que, ao lado da escola da burguesia, surgiu a escola dos operários. A primeira levava até a universidade, preparando os futuros dirigentes; a segunda limitava-se ao ensino primário, concentrando-se no ler, escrever e contar. Mais tarde, principalmente no início da década de 1930, os trabalhadores puderam frequentar escolas profissionais.

Desta forma, Marx (apud PILETTI, 1987, p. 50) afirma:

A sociedade burguesa moderna, edificada sobre as ruínas da sociedade feudal, não aboliu os antagonismos de classe. Ela apenas substituiu as antigas por novas classes, novas condições de opressão, novas formas de luta.

Fernandes (1973, p. 99) conclui:

E, uma burguesia e uma pequena burguesia com[...] horizontes intelectuais muito estreitos, delimitam seus papéis aos níveis da estrutura da sociedade e da história, para serem os baluartes de uma ordem que consagra a dependência, o subdesenvolvimento e a iniquidade sistemática.

Martinelli (2001, p. 34), numa reflexão sobre as formulações de Marx, considera que:

[...] o caráter comercial do capitalismo, e o espírito capitalista empreendedor e aventureiro, ao mesmo tempo racional e disciplinado, não são os elementos cruciais do mesmo, sendo na verdade modo de produção capitalista e as relações sociais que lhes são próprias, determinantes da ruptura entre o capital e o trabalho e entre os homens como membros de

classes sociais que passam a se diferenciar a partir da posse privada e dos meios de produção.

E, com relação aos operários, Singer (1994,p.5) considera que:

O conceito de classe operária, ou proletariado, se refere basicamente ao conjunto de pessoas desprovidas de propriedade ou de qualquer fonte de renda e que, por isso, são obrigadas a alugar sua capacidade de trabalhar, isto é, vender sua força de trabalho para poder viver. São trabalhadores assalariados. (SINGER, 1994, p. 5)

A classe trabalhadora é o conjunto de pessoas que vivem apenas de seu próprio trabalho. Entre os trabalhadores, há os que possuem seus próprios meios de produção: o camponês que cultiva a própria terra ou terra arrendada com seus próprios instrumentos e animais de trabalho; o artesão que confecciona ou repara com suas próprias ferramentas e matérias-primas; o comerciante que transaciona mercadorias que são dele ou lhe foram confiadas; o médico e o dentista que têm seu próprio consultório; o professor que dá aulas particulares etc.

No Brasil, houve uma variação, segundo o desenvolvimento geral e o histórico-regional social existentes nos Estados mais pobres, e maior nos mais ricos e poderosos. Essa diferença foi visível geograficamente, por meio da localização e tipo de moradia nas regiões de uma cidade. De modo geral, foi possível distinguir os bairros proletários, os das diversas camadas da pequena burguesia, os das camadas das oligarquias rurais e o dos estrangeiros ricos.

Na década de 1940, enquanto a agricultura procurou vencer suas dificuldades para manter-se, a indústria e o comércio avançaram a passos largos, implicando o aumento numérico de operariado, pois as fábricas trabalhavam vinte e quatro horas, ininterruptamente. As cidades inflaram e bairros operários tradicionais acrescentaram-se aos novos. (CARONE, 1976, p. 109)

O domínio de classe e a luta de classes significou que a classe econômica dominante controlou e dominou toda a sociedade, inclusive o governo. A política foi subordinada à economia e os conflitos sociais importantes ocorreram entre a classe dominante e a classe dominada.(PILETTI,1987, p.43)

Segundo Piletti (1987, p. 57),

Ao dinheiro utilizado para fazer mais dinheiro, chama-se *capital*. O que resulta a mais desse emprego de capital é o *lucro*. O sistema econômico baseado na aplicação do capital com o objetivo de obter sempre mais lucro denomina-se *capitalismo*.

Portanto, Piletti(1987, p.58) conclui que:

[...]a partir da segunda fase: o capitalismo industrial. Em vez de comprar as mercadorias dos artesãos, os comerciantes burgueses passaram a manter suas próprias oficinas. Dessa forma, não controlavam apenas a comercialização, mas também a produção das mercadorias, gerando mais lucros[...] Daí, uma conclusão lógica: quanto menos o capitalista pagasse pelo trabalho do operário, mais sobriaria para ele, como excedente, como lucro. Formando-se, então, as duas classes sociais opostas: de um lado a burguesia e de outro o proletariado (nome originário de sua grande prole ou número de filhos), cada um lutando por seus interesses. (PILETTI, 1987, p. 58)

A concentração de capital nas mãos dos comerciantes e os inventos da Revolução Industrial avançaram para o capitalismo industrial. Não se deve perder de vista a sua articulação com o desenvolvimento internacional do capitalismo, pois tanto a consolidação quanto a própria penetração das relações capitalistas no Brasil se deram quando o capitalismo já era dominante em escala internacional. Isso introduziu novas contradições no processo, significando que o nascimento da indústria constituiu, portanto, parte do desenvolvimento capitalista.(XAVIER, 1990, p.26)

Por isso, não foi à toa que nas diferentes formas de denominação capitalistas que desenvolveu, no seu processo contínuo de integração do capitalismo internacional, a formação social brasileira se manteve aristocrática, extremamente concentradora da riqueza, do prestígio social e do poder.

Nesse contexto, cada vez que um país se industrializa em moldes capitalistas, forma-se uma classe operária. O Brasil iniciou esse processo de industrialização que só tomou impulso a partir dos anos 30, fazendo parte dos países considerados em desenvolvimento, enquanto os países que iniciaram a industrialização antes dessa década foram considerados plenamente desenvolvidos e os países em que o processo de industrialização nem sequer começou ou não encontraram um estágio inicial eram considerados não desenvolvidos.

Xavier (1990, p.52, 53) ressalta que:

[...] os efeitos da subordinação econômica do país, em todas as suas fases, sempre foram agravados pelo apoio e pela cumplicidade das classes dominantes nacionais. As elites no poder, sempre acabaram por reforçarmos diferentes estágios do nosso avanço capitalista, a posição dependente e subalterna do país, [...] mesmo depois de a produção do país ter atingido um alto grau de crescimento e sofisticação, típico de uma economia

capitalista moderna, a sequele legada pelo “desenvolvimento” subordinado o impede de reter e distribuir a riqueza que produz.

2.5 Educação

O processo histórico desta pesquisa sugeriu a definição do conceito de educação que poderá servir para refletir em outras situações das gerações seguintes, ora internalizados nas práticas cotidianas da escola e outros ambientes. Valho-me de Durkheim (1978, p.41), quando definiu:

A educação é a ação exercida pelas gerações adultas sobre as gerações que não se encontram ainda preparadas para a vida social; tem por objeto suscitar e desenvolver, na criança, certo número de estados físicos, intelectuais e morais, reclamados pela sociedade política, no seu conjunto, e pelo meio especial a que a criança, particularmente se destina.

Segundo Piletti (1987, p.82)

[...] o conceito significa que a educação nos acompanha durante toda a vida, porque estamos sempre aprendendo coisas novas e, portanto, nos educando. É na infância que o processo educativo se torna mais intenso, proporcionando ao indivíduo o instrumental físico, intelectual, emocional e social de que precisa para tornar-se um ser social, um ser humano. Portanto, a educação ocorre em todos os ambientes em que a criança se encontra desde que haja adultos ou pessoas mais velhas, cujos padrões comportamentais a criança é levada a assimilar.

Foi possível verificar nesse conceito que a educação pode não ser a mesma em todos os tempos e em todas as partes, considerando várias sociedades e várias épocas históricas. Há diferentes tipos de educação e ideais educativos se comparadas sociedades diferentes, onde os objetivos da educação são diferentes: na sociedade capitalista, predomina a orientação individualista, em que a competição é um processo básico; na sociedade socialista, parece prevalecer a orientação coletivista, com ênfase na solidariedade e na cooperação para objetivos comuns.

Apesar das distinções referentes à educação, considera-se que existe um aspecto comum entre elas, pois todas pretendem inculcar nas novas gerações as ideias, sentimentos e práticas que, segundo a sociedade, ou segundo o grupo dominante dentro da sociedade, são capazes de fazer delas adultas,

independentemente da categoria social a que pertencem às crianças de uma sociedade. Cabe-lhes receber, através da educação, a herança comum a seu povo e à humanidade. É esse o aspecto uno da educação. (PILETTI, 1987, p. 83)

Ribeiro (1964, p.70) enfatiza que:

Toda educação é uma auto-educação e não podemos esquecer que é a sociedade ou grupo social dominante que “cria o clima, proporciona os meios e determina os objetivos e a orientação desse processo. O indivíduo educa-se sempre para determinada situação, por meio de uns tantos recursos técnicos materiais e humanos que a sociedade lhe prepara cuidadosamente.”

2.5.1 Educação Escolar

Na prática, segundo Piletti (1987, p.88, 89):

[...] a escola reflete em grande parte as grandes desigualdades da organização social em que está inserida: uns poucos, de nível sócio-econômico mais elevado, ultrapassam todos os graus do ensino; a grande maioria, filhos de trabalhadores, não consegue vencer as barreiras e perde-se pelo caminho, principalmente durante as primeiras séries. A escola é, nessa ótica, o abrigo do homem e das conquistas históricas que apresentam o intocável acervo da dignidade humana. A escola é fonte do saber, da formação Cívica, da participação. É semente da identidade cultural de uma sociedade livre. O ensino de um povo não completa sua educação que é processo a atravessar a vida inteira. Exatamente por isso não podemos pensar em terminalidade.

Entretanto, o autor relembra que foi:

[...] a partir da segunda metade do século XVIII, com a Revolução Industrial, a intensificação do domínio da burguesia e conseqüentemente a escola da nobreza, do tempo do feudalismo, passou a ser substituída por uma escola mais moderna, levando a burguesia a convencer-se de que os trabalhadores precisavam de alguma instrução. Foi assim que, ao lado da burguesia surgiu a escola dos operários. Se a primeira levava até a universidade, preparando para os futuros dirigentes; a segunda limitava-se ao ensino primário, concentrando-se no ensino do ler, escrever e contar. Mais tarde os trabalhadores puderam frequentar escolas profissionais.

Percebe-se que foram esses motivos que fizeram as escolas divididas em dois grandes grupos: o primeiro grupo com escolas destinadas às classes econômicas mais elevadas, que possuem grande soma de recursos para oferecer aos alunos as melhores condições de ensino e aprendizagem, com salas ambientes, laboratórios, bibliotecas, professores bem remunerados com condições de

aperfeiçoamento constante, recursos audiovisuais, auditórios, quadras poliesportivas, ginásio de esportes etc. Enquanto o segundo grupo inclui a grande maioria das escolas destinadas às classes trabalhadoras, sendo mantidas, em grande parte, pelos poderes públicos, com recursos reduzidos: prédios em ruínas e móveis em péssimas condições, inexistência de laboratórios e bibliotecas e sem condições de uso quando existirem; falta de recursos audiovisuais, ginásio de esportes e auditórios, professores mal remunerados, sendo obrigados a trabalhar em três turnos, em várias escolas e, portanto, sem condições de atenderem convenientemente os alunos. Com isso, alunos de nível econômico mais elevado, pelo fato de trazerem melhores condições familiares, parecerem ser mais estimulados pela escola a prosseguir; outros, inclusive por um processo de comparação desvantajosa com os primeiros, são desestimulados e levados a desenvolver um auto-conceito negativo, o que leva ao fracasso escolar. Conseqüentemente, a escola passa a contribuir para a manutenção da desigualdade econômica e das condições que a promovem e justificam, além de reproduzir no seu interior as relações sociais externas, predominando a competição desenfreada, em que os mais fortes tendem a suprimir ou dominar os mais fracos, estimulando os que têm mais condições de chegarem ao primeiro lugar, desprezando-se os demais, que são os que mais necessitam de estímulo. Com a competição, a escola reproduziu o autoritarismo vigente na sociedade, estabeleceu uma separação nítida em duas classes de pessoas: aquelas que mandam – administração, funcionários, professores – e aquelas que devem obedecer sem discutir: os alunos. (PILETTI, 1987, p. 96)

2.5.2 Educação no Brasil

Ao considerar que, no Brasil, os sistemas educacionais foram implantados conforme as fases de sua história e repetiram as mesmas etapas vividas por outros povos em estágios idênticos aos nossos, Nunes (1962, p.11):

[...] Concluimos com Gramscioneque, “em vez de ser a educação que forma o espírito de uma classe, é ela que se adapta à classe”. Decretos, leis,

portarias governamentais ou ministeriais não têm força suficiente para impor reformas educacionais, se não correspondem à estrutura social dominante.

Sob essa perspectiva, o regime de governo brasileiro foi, notadamente, marcado pelo autoritarismo e nacionalismo. O setor educacional foi utilizado como ferramenta para domesticar a consciência da classe trabalhadora, influenciada pelos militares e a maioria da população católica, conforme dados e fatos relatados anteriormente.

O resultado desse conjunto, articulado com orientações impostas pelos organismos internacionais, como Banco Mundial, Fundo Monetário Internacional (FMI), Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), Banco Internacional para a Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD), foi que a promoção de novas relações diplomáticas passou a definir o controle político entre as nações capitalistas.

Os países ricos passaram a contribuir para o desenvolvimento econômico. Como concretização dessas ajudas, o governo norte-americano articulou orgânica e estrategicamente as Instituições Multilaterais e as Instituições Bilaterais, tanto governamentais como privadas, para aprofundar a expansão dos setores produtivos e financeiros norte-americanos em solo estrangeiro e traçar novas bases e novas noções para o desenvolvimento econômico dos países subdesenvolvidos. Assim, quando a economia entrou em um processo de modernização, criaram-se novas exigências culturais e institucionais, que na verdade não contribuíram para modificações estruturais na vida social e econômica brasileira, pois a modernização cultural atendeu ao conjunto da economia capitalista mundial a que é subordinada. Esse processo de modernização autônomo das formações sociais atrasadas dependeu, dentre outros, de uma base científica e educacional mínima, para que o país alcançasse uma progressiva autonomia de conhecimentos científico-tecnológicos. No caso do Brasil, este foi um dos obstáculos enfrentados, pois a herança política das formas menos avançadas da dominação capitalista no país inviabilizou as decisões políticas nacionalistas e a superação da perspectiva cultural já alcançada nos centros avançados do capitalismo internacional.

Quando o Brasil entrou em processo de modernização, acabou por impor à esfera cultural os mesmos limites verificados na evolução econômica e social do país. Nesse sentido, a função da escola foi a de ajudar a manter os privilégios das classes dominantes através dos papéis que a economia lhe reconhecia.

As primeiras décadas do século XX foram marcadas, no Brasil, pelas políticas de substituição de importações, como base para impulsionar o seu processo industrial. Com a implantação desse processo, verificou-se um crescimento da demanda social por escola, acompanhado de uma intensa mobilização das elites intelectuais em torno da reforma e da expansão do sistema educacional vigente. Pode-se observar que os primeiros efeitos da modernização cultural obedeciam a uma necessidade do capitalismo brasileiro.

Assim, percebe-se que o poder político teve implicações para a evolução da educação escolar, uma vez que esta nasceu e se desenvolveu para atender aos interesses das classes que representaram o poder, ou seja, a educação escolar se firmou como um instrumento de reforço das desigualdades. (XAVIER, 1990)

A orientação político-educacional para o mundo capitalista ficou bem explícita no texto da Constituição de 1937, sugerindo nova preparação de um maior contingente de mão-de-obra para novas atividades abertas pelo mercado.

Neste sentido, a nova constituição enfatizou o ensino pré-vocacional e profissional. (PILETTI, 1996; ROMANELLI, 1993)

Foi preocupação do governo, formar mão-de-obra qualificada e pode-se ponderar que trabalho e capital foram as partes contrárias da sociedade capitalista, na qual o capital é o trabalho e vice-versa. Nessa analogia, pode-se falar em classe trabalhadora, que é a base do capital, sendo todo o alicerce, suas formas de trabalho e sua classificação pelas atividades da sociedade, não acontecem de acordo com sua pretensão, mas sim, de acordo com o movimento refletido do capital. Assim, a origem de classe determina o tipo e quantidade de saber a que cada um tem direito, determinando ou fortalecendo a divisão social do trabalho.

Conforme Kuenzer (1988, p.26):

O impedimento do acesso ao saber enquanto totalidade é uma estratégia, por um lado, inerente ao próprio desenvolvimento da ciência no capitalismo, com a metodologia que lhe é peculiar, e por outro, uma estratégia de manutenção da hegemonia do capital. O domínio do saber científico e tecnológico e da informação são estratégias vitais para a manutenção do domínio do capital e de sua reprodução ampliada.

Os resultados do Censo Demográfico de 1940, para as pessoas de 7 a 14 anos de idade, revelaram que a taxa de escolarização era de (30,5%).

Para tanto, o surgimento do SENAI (1942), mostrado anteriormente, qualificou a mão-de-obra para a indústria. As instituições profissionalizantes dirigidas pela

Confederação Nacional da Indústria (CNI), naquele primeiro momento, pagaram uma ajuda de custo a seus estudantes, o que ficava mais atraente ainda às pessoas das camadas baixas da sociedade.

Esse ensino buscou atender aos propósitos da sociedade do capital, que delineou a divisão técnica e social das forças produtivas para o trabalho. (BIAGINI, 2001)

E assim, o ensino técnico desenvolveu-se no Brasil por uma tensão provocada pela falta de definição do ensino médio, de que resultou a dicotomia, tanto do ponto de vista conceitual quanto operacional, entre formação profissional e formação acadêmica e, nessa perspectiva, pode-se inferir que a formação do técnico industrial foi inserida no segundo dos pólos da estrutura do campo educacional definida pelas políticas do capital, subdividida em: a educação propedêutica, que pressupõe um caminho à intelectualidade (saber-pensar), e a educação voltada especificamente para o ensino técnico-profissional, ou para operacionalização (saber-fazer) e foi, nesse sentido, a dualidade estrutural, como revela Kuenzer (1998, p.90): “configura-se como grande categoria explicativa da constituição do ensino profissional no Brasil”.

Entendendo a percepção de dois modelos de educação, eles são legitimados com base nas funções essenciais do mundo da produção econômica, uma formação propedêutica, destinada à elite dirigente, e outra profissional, destinada àqueles com pouca escolaridade, os quais, por meio de uma habilitação profissional, formaram a massa da força produtiva do processo de produção capitalista. Tal propósito dual de estrutura educacional foi desenvolvido desde os anos de 1940, quando se estabeleceu a equivalência parcial dos cursos técnicos com o ensino regular através de decreto.

Apesar do êxito do SENAI, reconhecendo daí a manutenção do sistema dual de ensino que a legislação criou. A demanda social da educação se diversificou em apenas dois tipos de componentes: os componentes dos estratos médios e altos, que continuaram a fazer opção pelas escolas que classificaram socialmente, e os componentes dos estratos populares, que passaram a fazer opção pelas escolas que preparavam mais rapidamente para o trabalho. Isso, evidentemente, transformava o sistema educacional, de modo geral, em um sistema de discriminação social.

No início do século XX, buscou-se a igualdade da escola particular em relação à pública em termos de equivalências de certificados e diplomas, conforme Lombardi et al. (2005, p. 52):

[...] nos anos de 1940-1960, a luta deslocou-se para a questão do financiamento do ensino. Enquanto a Igreja apresentava argumentos doutrinários à defesa da liberdade de ensino como forma de assegurar o pluralismo ideológico e combater o perigo do totalitarismo, mais recentemente, os proprietários e dirigentes de estabelecimentos de ensino apresentavam argumentos centrados nas inúmeras vantagens do ensino particular quando comparado ao público [...]. As relações entre o ensino privado e público são sempre apresentadas como conflituosas, conflito este que perpassa todo o século XX [...]. Na primeira metade do século XX, o ensino particular concentra-se no ensino médio, é confessional, sobretudo católico, e é a Igreja que lidera a defesa do ensino particular [...] (LOMBARDI, 2005, p. 52)

Abaixo, o grau de instrução da população brasileira na década de 1940, conforme Silva (1959, p.18):

Ensino
 Ensino Primário-----→ 3.205.753
 Ensino Secundário--→155.588
 Superior-----→21.235

QUADRO1– Ensino Médio no Brasil– Período de 1939-1942

ANO	ENSINO SECUNDÁRIO		ENSINO COMERCIAL		ENSINO INDUSTRIAL		ENSINO AGRÍCOLA	
	Matric.Geral	Unid.Escolares	Matric.Geral	Unid.Escolares	Matric.Geral	Unid.Escolares	Matric.Geral	Unid. Escolares
1939	155588	782	42574	493	3916	48	504	11
1942	199435	886	62012	626	10791	97	763	22

Fonte: Silva (1959, p. 18)

Nota: dados foram trabalhados pela autora.

QUADRO2–Matrículas do Ensino Primário no Brasil

ANO	POPULAÇÃO	MATRÍCULAS	% DE MATRÍCULAS
1920	30.635.605	1.033.421	3,4%
1940	41.236.315	3.068.269	7,4%

Fonte: Silva (1959, p.18)

Nota: dados foram trabalhados pela autora.

QUADRO 3–Matrículas do Ensino Médio no Brasil

1920	30.635.605	109.281	0,36%
------	------------	---------	-------

1940	41.236.315	260.202	0,63%
------	------------	---------	-------

Fonte: Silva (1959, p.18)

Nota: dados foram trabalhados pela autora.

QUADRO4–Taxa de Analfabetismo no Brasil

ANO	POPULAÇÃO DE 15 ANOS OU MAIS	ANALFABETOS DE 15 ANOS OU MAIS
1940	23.639.769	13.279.899 = 56,17%

Fonte: Silva (1959, p.18)

Nota: dados foram trabalhados pela autora

A intenção do sistema foi a de passar ideias não de criticidade ou que despertassem a uma práxis reflexiva, mas de uma sociedade vista como uma corporação, onde cada um tinha uma função determinada e, propositalmente, era função idolatrar o pai da nação, obedecer ao que foi determinado, tentar absorver os conteúdos transmitidos na escola para no futuro ser um bom operário, resultando, conseqüentemente, na domesticação de consciências. Essas atitudes de Getúlio Vargas, no sentido de aproximação das massas, serviram para usar as massas em favor de seus próprios objetivos. (CARNEIRO, 2009)

A década de 1940 foi marcada pela diversificação e pela expansão do aparato produtivo, prevalecendo o setor industrial na organização da sociedade como um todo, o que interveio diretamente na formação do trabalhador.

Conforme Machado (1982, p.42), “[...]representou um marco na história do ensino industrial”.

E, pela intervenção do Estado, o ensino ganhou terreno na realidade brasileira, como estratégia para a reestruturação do mercado e das relações de produção, fazendo com que as necessidades capitalistas fossem traduzidas pelo propósito de criar condições indispensáveis à aceitação pela sociedade, das referências do desenvolvimento sob a premissa da produtividade do capital. Tais condições foram, em essência, mecanismos de acumulação, de controle do lucro e das relações sociais de produção, imprescindíveis para a existência do próprio Estado e para a reorganização da estrutura social, nos moldes do capitalismo.

Xavier (1990, p.62) considera que: “[...] a pregação liberal impulsionou e avalizou um rearranjo político encetado em favor da fração hegemônica da classe dominante e das elites”.

Ele acrescenta ainda que a demanda educacional efetiva, cresceu nas regiões urbanas, em especial, no centro econômico do país atendido pela União, que cuidou de ampliar a oferta de ensino de elite: o médio e o superior, para as classes médias em ascensão. A ilusão liberal, do ponto de vista das classes dominantes, cumprira como sempre o fizera no passado e o faria frequentemente no futuro, a função de canalizar as insatisfações sociais a face de um estado crônico de carência e exploração, sempre incompreendido e nunca resolvido. Daí o sucesso e a incorporação definitiva dos pressupostos educacionais liberais na crença das camadas subalternas, inquietas, mas ignorantes das verdadeiras causas da miséria. As camadas médias se viam mais sequiosas de participação nos privilégios do que de eliminação dos mesmos e da estrutura que os sustentavam. Na retórica das camadas dirigentes, via-se que exploravam e alimentavam essas ilusões. Afinal, expandir as oportunidades educacionais ou reformar as instituições escolares representava um custo menor que alterar a distribuição de renda e as relações de poder. (XAVIER, 1990)

Verificou-se que, em 1940, pessoas de 15 anos ou mais que sabiam ler e escrever eram (10.379.990) habitantes, equivalente a (44%), já os que não sabiam ler e escrever eram (13.269.381) habitantes, equivalente a (55%) da população. Sem declaração de instrução totalizou (60.398) habitantes. (FERNANDES, 1966, p.47,48)

Com relação ao Ensino Primário, o total de matrícula geral foi de (3.205.753), destacando-se o centro sul, com um total de (2.381.645) de matrículas. O total de conclusões de curso na década de 1940 era de (226.246). Destes, destacaram-se, novamente, o Centro-Sul, com (193.634). Já os diplomados existentes nesta década foram de (1.561.510) e somente no Centro-Sul foi de (1.319.640).

Com relação ao Curso Secundário, o total de matriculados foi de (155.588), destacando a região Centro-Sul, com (125.610) matriculados; No Curso Comercial eram (45.932) matriculados e somente na região Centro-Sul, (39.695); No Curso Industrial, (13.262) matriculados e, somente na região Centro-Sul, (10.814). Os diplomados existentes em todos os cursos foram de 358.686, sendo que, somente na região Centro-Sul foram (306.092). (FERNANDES, 1966, p.50, 51)

2.5.2.1 Ensino Secundário

A partir de 1931, na vigência do governo provisório de Getúlio Vargas, a reforma de seu ministro, Francisco Campos⁷, iniciou uma fase considerável em relação ao ensino secundário, a fim de obter progresso na sua estrutura institucional, adequando e ampliando suas funções, de acordo com a formulação do problema que o ministro colocava em seu discurso:

A finalidade do ensino secundário é, de fato, muito mais ampla do que se costuma atribuir-lhe. Viaderegra, o ensino secundário tem sido considerado entre nós como um simples instrumento de preparação dos candidatos ao ensino superior, desprezando-se, assim, a sua função eminentemente educativa.[...] O ensino superior acabou por transformar-se em uma finalidade puramente externa e convencional do ensino secundário, isto é, êste finalmente dominado pela absorvente preocupação do primeiro, perdeu as suas características próprias e específicas, passando a ser um curso de finalidades exclusivamente utilitária, despido, assim da finalidade interna, fundamentalmente educativa, em torno da qual, para que exercesse o seu insubstituível papel na formação intelectual e moral da juventude, deviam organizar-se as disciplinas do seu *currículum*, os seus programas e os seus processos didáticos. (SILVA, 1959, p.313)

Os motivos da reforma do Ensino Secundário foram pronunciados segundo (Silva, 1959, p. 314):

A sua finalidade exclusiva não há de ser a matrícula nos cursos superiores; o seu fim, pelo contrário, deve ser a formação do homem para todos os grandes setores da atividade nacional, construindo no seu espírito todo um sistema de hábitos, atitudes e comportamentos que o habilitem a viver por si mesmo e a tomar em qualquer situação as decisões mais convenientes e mais seguras.

Na prática, a duração do ensino secundário foi de sete anos, em dois ciclos: o primeiro, de cinco anos, que teve um caráter enciclopédico e muito carregado de

⁷ Considerado o principal teórico do Estado Novo. Foi ele quem redigiu a Constituição de 1937. Foi um dos mais ardorosos defensores da ordem social e, quando foi Ministro da Educação do Governo Provisório, esteve à frente da reforma do ensino secundário e superior. (CUNHA, 1981).

informações, denominado ensino fundamental, nome que revelou sua função, que significa: formação do homem para todos os grandes setores da atividade nacional, e o segundo, de cursos complementares.

Conforme Silva (1959, p.314), “Campos fez a diferenciação entre estudos clássicos e estudos modernos, mediante a adoção da destinação profissional [...]” e a partir de 1937, a organização administrativa do ensino secundário foi exercida pela ação federal do país.

Gustavo CapanemasubstituiuCamposem julho de 1934 e deu continuidade ao processo de reforma educacional que, em 1942, iniciou o movimento de expansão do ensino secundário, defendendo-o da ação residual do conceito preparatório e desencadeou a reforma, resumida nas seguintes palavras, conforme Silva (1959, p.316):

O sistema vigente de ensino secundário data de 1931. Dentre as vantagens que dele provieram para a educação do país, é de notar, antes do mais, a concepção que lhe serviu de base, isto é, a afirmação do caráter educativo do ensino secundário, em contraposição à pátria então reinante de considerá-lo como mero ensino de passagem para os cursos superiores. Dessa concepção decorreu um corolário de importância fundamental: a metodologia do ensino secundário, isto é, a seriação obrigatória de seus estudos e a introdução nesses estudos de uma disciplina pedagógica. Está hoje no hábito dos estudantes e na consciência de todos que o ensino secundário não é um conjunto de preparatórios, que se devem fazer apressadamente e de qualquer maneira, mas constitui uma fase importante da vida estudiosa, que normalmente só pode ser vencida com execução de trabalhos escolares metódicos, num lapso de sete anos.

As reformas de ensino no período de 1942 a 1946 foram feitas através de vários Decretos-Leis, totalizando oito decretos que regulamentavam o Ensino Primário, o Ensino Secundário e as distintas áreas do Ensino Profissionalizante (industrial, comercial, normal e agrícola).

Embora o artigo 129 da Constituição de 1937 tivesse destinado o ensino técnico-comercial às classes menos favorecidas, a partir de 1942 esse ramo de ensino começou a contar com uma legislação nacional. Também na mesma época foi criado o SENAI, através do Decreto-Lei nº 4048, de 1942, relatado anteriormente.

2.5.2.2 LOES – Leis Orgânicas do Ensino Secundário

Em 1942, o Ministro Gustavo Capanema, iniciou algumas reformas nos ramos do ensino. Estas reformas receberam o nome de Leis Orgânicas do Ensino (LOES), e foram compostas por decretos durante o Estado Novo.

A Lei Orgânica não era certamente aquilo que o momento exigia à evolução anterior do ensino secundário, especialmente a partir da reforma de Francisco Campos. Mas, considerou-se que foi na Lei de Capanema que os vários ramos do ensino médio se articularam, sendo parte das leis orgânicas do ensino industrial, comercial e normal. Isso estabeleceu o paralelismo da divisão em ciclos de todos esses ensinos, solucionando a articulação do primeiro ciclo do ensino secundário – o curso ginasial – com o segundo ciclo dos demais ensinos, a qualquer dos quais o primeiro dava acesso. Nota-se uma pura formalidade baseada na posição privilegiada do curso secundário, apesar de aparente simetria, as leis de equivalência romperam esse caráter simétrico e formal da solução de Capanema, aparecendo o aspecto realmente válido do problema do conjunto do ensino médio na quebra do ensino secundário, porque o propósito ministerial de reforma de todo o ensino médio correspondia, incontestavelmente, às exigências daquele momento. (SILVA, 1959, p.315, 321)

Esses Decretos-lei, durante o Estado Novo foram: Decreto-lei 4.048, de 22 de janeiro de 1942, que criou o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial – SENAI; Decreto-lei 4.073, de 30 de janeiro de 1942, que regulamentou o ensino industrial; Decreto-lei 4.244, de 9 de abril de 1942, que regulamentou o ensino secundário; Decreto-lei 4.481, de 16 de julho de 1942, que dispõe sobre a obrigatoriedade dos estabelecimentos industriais empregarem um total de (8%) que correspondiam ao número de operários e matriculas nas escolas do SENAI; Decreto-lei 4.436, de 7 de novembro, ampliou o âmbito do SENAI, atingindo também o setor de transportes, das comunicações e da pesca; o Decreto-lei 4.984, de 21 de novembro, determinou que as empresas oficiais com mais de cem empregados deveriam manter, por conta própria, uma escola de aprendizagem destinada à formação profissional de seus aprendizes. Fez parte ainda da Reforma Capanema o Decreto-lei 6.141, de 28 de dezembro de 1943, regulamentando o ensino comercial via Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC).

Desta forma, durante o Estado Novo, o ensino ficou composto por cinco anos de curso primário, quatro anos de curso ginasial e três de colegial, podendo ser na modalidade clássico ou científico, respectivamente, letras antigas e ciências. O

ensino colegial perdeu o seu caráter propedêutico, de preparatório para o ensino superior, e passou a preocupar-se mais com a formação geral.

Apesar desta divisão do ensino secundário, entre clássico e científico, a predominância recaiu sobre o científico, reunindo cerca de (90%) dos alunos do colegial. (PILETTI, 1996, p.90)

As leis orgânicas definiram o ensino secundário como: preparação de individualidades condutoras, comprovada pelas seguintes palavras emotivas:

A reforma atribui ao ensino secundário sua finalidade fundamental, que é a formação da personalidade adolescente. É de notar, porém, que formar a personalidade, adaptar o ser humano às exigências da sociedade, socializá-lo, constitui finalidade de toda espécie de educação. E, sendo esta a finalidade geral da educação, é por isto mesmo a finalidade única do ensino primário, que é o ensino para todos. Entretanto, a partir do segundo grau do ensino, cada ramo da educação se caracteriza por uma finalidade específica, que acrescenta àquela finalidade geral. O que constitui o caráter específico do ensino secundário é a sua função de formar nos adolescentes uma sólida cultura geral, marcada pelo cultivo a um tempo das humanidades antigas e das humanidades modernas, e bem assim de neles acentuar e elevar a consciência patriótica e a consciência humanística. (SILVA, 1959, p.318)

O autor continua:

[...] apesar da formulação de objetivos do ensino secundário, feita no próprio texto legal, onde o problema estaria no currículo, mostrando o quanto a lei retrocedeu com relação à lei Campos, dirigindo-se, como se dirigiu, no sentido do restabelecimento, em posição que nossa tradição pedagógica não justifica, nem o momento exigia dos estudos clássicos, ou melhor, do estudo do latim, no primeiro ciclo, e, também no grego, em caráter facultativo no curso clássico do segundo ciclo. (SILVA, 1959, p.319)

Nos anos de 1940, a lei orgânica n. 4.244, de 19 de abril de 1942, sobre o ensino secundário ministrado pela iniciativa privada dizia:

As pessoas naturais e as pessoas jurídicas de direito privado, que mantenham estabelecimentos de ensino secundário, são consideradas como no desempenho de função de caráter público. Cabem-lhes, em matéria educativa, os deveres e as responsabilidades inerentes ao serviço público. (LOMBARDI, et al. 2005, p.19)

Enfim, a educação no Estado Novo demonstrou sua confirmação de caráter propedêutico, assinalado anteriormente para aqueles de melhor posição na pirâmide social, e um caráter profissionalizante precoce para as classes menos favorecidas,

atendendo assim, aos desejos da classe empregadora, ratificando a ordem dominante.

Para os estudantes oriundos das camadas médias e altas da sociedade, o caminho era cursar o primário, depois o secundário em seus dois ciclos - ginásio e colégio e finalmente a profissionalização no ensino superior: com o direito de cursar qualquer curso universitário. Enquanto que, para os filhos de famílias oriundas das camadas baixas, o caminho era conseguir uma vaga em escola pública: que não garantia matrícula para todos e, assim, possivelmente cursar o primário: que contava com um quinto ano, denominado como preparatório ao Exame de Admissão ao ginásio - os que não eram considerados aptos neste exame não podiam cursar o ginásio, podendo entrar no ensino secundário profissionalizante também em dois ciclos: o primeiro de quatro anos e o segundo de três anos paraenfim, poder cursar o ensino superior em uma cadeira correspondente à habilitação no ensino secundário.

Os estudantes que fizessem o Ensino Normal, por exemplo, só poderiam frequentar o Ensino Superior em um dos cursos da Faculdade de Filosofia.

O processo de desenvolvimento econômico requereu um novo perfil da força de trabalho urbana, o que pressupôs uma certa escolarização. Ao mesmo tempo, a diversificação das atividades ocupacionais, inerente ao processo de modernização, suscitou a demanda pela ampliação das oportunidades educacionais. Mas como o trabalho, no universo cultural que a sociedade escravocrata forjara, constitui-se numa atividade que se identificava como própria dos subalternos, o que ocorreu foi a própria expansão desordenada do modelo de sistema de ensino.

Conforme Rocha (1990, p.133):

É necessário salientar que a expansão do ensino privado de nível médio, nos anos de 1930 e 1940, não se explica apenas pelas razões sociológicas de um crescimento da demanda em decorrência da expansão da industrialização e urbanização do país. Ela também foi fruto de uma política de equivalência entre ensino público e ensino privado que trouxe ares de uma qualificação pública a um conjunto de novas escolas privadas, qualificação que antes ficara restrita a algumas poucas escolas de elite, que adquiriram legitimidade social por méritos próprios.

O autor também considera que:

[...] a educação secundária estadonovista tratou de um ensino de cunho ideológico, valorativamente autoritário, centralista na sua formulação e controle, regulamentador estrito dos conteúdos e das regras de ensino, fiscalizador burocrático – formalista desses conteúdos e regras, homogeneizador do ensino em âmbito nacional nos níveis e tipos de ensino,

segmentador dos cursos, dificultando equivalências e passagens de um curso ao outro. Acrescenta-se a esse quadro de “como educar” a manutenção da dimensão privatista de “quem educa” e o estabelecimento de relações de tipo cartorialdos estabelecimentos privados com o Estado. (ROCHA, 1990, p. 133)

Diferentemente da política estadonovista para o ensino primário, no ensino secundário a política educacional primou pela ausência de preocupação maior com a expansão da rede pública.

Desse modo, a política de ensino secundário preencheu outra dimensão extremamente significativa da política educacional desse período, que foi a compatibilidade da forte interferência da União na regulamentação desse ensino com o privatismo escolar, bem como das relações privilegiadas que este estabeleceu com o Estado. Constatou-se o papel contraditório do Estado no que se refere à articulação entre os Ensinos Primário e Secundário à época, visto que, à medida que instituiu um exame com o objetivo explícito de regular a progressão do aluno em termos de mérito, buscou qualificar o Ensino Secundário, mas acabou preservando e ao mesmo tempo fortalecendo a dualidade presente na escola elementar e as tendências ali sugeridas: de um lado, os estatizantes, que quiseram fazer avançar o modelo estatal de educação, publicizando-o e regulamentando-o em todos os níveis; de outro, os privatizantes, que quiseram desmontar o sistema regulamentador da União em nome da liberdade de iniciativa. (SCHWARTZMAN, 1984)

O processo de elaboração da Lei Orgânica do Ensino Secundário (LOES) fez-se quase que individualmente pelo Ministro Capanema, que desde 1936 desejava reformá-la. E as discussões sobre o Plano Nacional de Ensino (PNE) não revelaram inteiramente as diretrizes da educação pública estadonovista, ainda que a elaboração do mesmo tenha sido fruto de uma relação entre agentes políticos e Estado.

Sendo assim, a Reforma Capanema ratificou a ordem vigente, a ordem dominante, devido a esta Reforma manter como característica da educação brasileira o dualismo.

A própria Lei Orgânica do Ensino propiciou dois caminhos a serem percorridos do ensino primário ao ensino profissionalizante.

O dualismo na educação era nas letras da Reforma Capanema, a organização de um sistema de ensino bifurcado, com um ensino secundário público

destinado às elites condutoras e um ensino profissionalizante para as classes populares. Assim, se por um lado o Estado organizou as relações de trabalho através da (CLT), por outro, impôs ao sistema público de ensino uma legislação que procurou separar aqueles que poderiam estudar, daqueles que deveriam estudar menos e ganhar o mercado de trabalho mais rapidamente.

Além de manter institucionalizado esse dualismo na educação brasileira, o setor educacional brasileiro neste período também agregou valores desde o curso primário, voltado para um nacionalismo totalitário.

Quando Vargas concedeu alguns benefícios aos trabalhadores, usou essas concessões para manipular e enfraquecer o movimento operário. Ficou clara a relação entre desenvolvimento econômico industrial e modelo educacional, que se fez necessário a um número maior de pessoas e se preocupou desde cedo com o problema da educação com o objetivo de formar uma elite mais ampla e intelectualmente mais bem preparada.

A Lei Orgânica do Ensino Secundário representou o uso, em grau mais acentuado do que nunca, da faculdade de o Governo Federal impor a todo o ensino secundário no país – o estadual como o particular – a peculiar filosofia pedagógica que inspirou os eventuais monopolizadores da direção da educação nacional. A Lei Capanema se caracterizou pela abundância de normas puramente preceituais.

A Lei Orgânica do ensino profissional criou dois tipos de ensino, um pelo sistema oficial e outro mantido pela empresa (SENAI). Este último atendia alunos de baixa renda que visavam se profissionalizar, conforme Aranha (1989, p.248): “As escolas oficiais são mais procuradas pelas camadas médias desejosas de ascensão social e que, por isso mesmo, preferem os ‘cursos de formação’, desprezando os profissionalizantes.”

Conforme Maciel (1987, p.10),

[...] em nenhum momento de nossa história a situação educacional brasileira foi reconhecida como satisfatória. Pelo contrário: a história da nossa educação é um longo registro de queixas, um rol extenso de falhas apontadas, uma fuga constante dos deveres mínimos do estado para com o cidadão.

Iniciou-se, assim, um processo seletivo que, “[...] mesmo sofrendo alterações, persistiu para o ingresso nas décadas seguintes como fio da navalha para o

ingresso no Ginásio, objeto de desejo da classe média[...]”(PESSANHA, 1994; SPOSITO,1993)

2.5.3 Estado de São Paulo

Em 1940, no Estado de São Paulo, a população era de (7.180.316) habitantes. Destes, (3.670.605) eram homens, equivalente a (51,12%) e (3.509.711) mulheres, equivalente a (48,88%). (IBGE 1940, p.1)

O grau de instrução das pessoas que não sabiam ler nem escrever foi de (3.899.794),equivalente a (54,31%). Os de instrução não declarada foram(8.396),equivalente a (1,17%) e os que sabiam ler e escrever foram (3.196.556),equivalente a (44,52%). A discriminação das pessoas de 15 anos ou mais que sabiam ler e escrever era de (2.457.418), (57,45%). A Taxa de escolarização das pessoas de 7 a 14 anos de idade era de (40,2%). As pessoas que se declararam serem católicos romanos foram(6.612.429), (92,09%), religião predominante da década estudada.(IBGE,1940,p.1)

Todo o Estado paulista estava transformado,convivendo com o apito das fábricas e com a classe operária, tornando-se a economia mais dinâmica do país.

Para essa realidade, desde 1900, quando foi inaugurada a Light, uma empresa canadense e principal responsável pelo setor de energia em São Paulo até 1970, onde o Estado passou a ter uma significativa capacidade de geração de energia, o que foi decisivo para o grande desenvolvimento industrial verificado entre 1930 e 1940. Nessa nova conjuntura, mais de uma dezena de pequenas hidrelétricas começaram a ser construídas, principalmente com capital estrangeiro.

Nessa ocasião, a indústria foi impulsionada, entre outros motivos, pelos capitais deslocados da lavoura, pois até 1930, enquanto a ferrovia puxava a expansão da cafeicultura, a indústria atraía os imigrantes e permitia a colonização de novas áreas. Nas cidades, a industrialização avançava, criava novos contornos urbanos e abria espaço para novas classes sociais, o operariado e a classe média.

Apesar da crise no plano econômico, o café a superou, porque passou do início da década de 1930 e foi estimulado por bons preços durante a guerra, favorecendo a recuperação de São Paulo, que viu suas cidades se multiplicando com a urbanização.O Estado, com seus mais de um milhão de imigrantes, tornou-se

uma torre de Babel, profundamente marcado pelas diferentes culturas trazidas de mais de 60 países.(A REPÚBLICA)

3 O ENSINO SECUNDÁRIO EM SOROCABA NA DÉCADA DE 1940

3.1 Cidade

No início da década de 1940, a área do município de Sorocaba ocupava 883 km², com uma população de 70.299 habitantes, distribuídos em quatro distritos: Sorocaba (74,77%), Votorantim (13,49%), Brigadeiro Tobias (6,02%) e Salto de Pirapora (5,72%). (IBGE 1940, p.18)

Segundo Oliveira, (2006, p.21, 23) em 1940, Sorocabatornou-se a cidade das indústrias, denominada como a cidade das chaminés e dos apitos das fábricas, considerados marcas registradas da vida urbana,devido ao funcionamento de uma ferrovia e fábricas têxteis.

Carvalho (2010, p. 106) cita Isaltino Costa, ao falar sobre as indústrias em Sorocaba:

A cidade de hoje, com suas altas chaminés a expellirem fumo, com o apito estridente de suas fábricas, com o trepidar de suas machinas, e com o rodar de seus fusos e com o bater dos seus teares, é mais que um índice de trabalho; é um symbolo da geographia da pátria e é um padrão de energias da raça. As mesmas ruas que hoje passam os pacíficos e laboriosos operários da indústria, palmilharam outrora os bandeirantes, arregimentando homens para as entradas do sertãoem busca de ouro, da prata e das gemas, depois os tropeiros do pastoreio, com as suasboiadas e tropas de muares, mais tarde os plantadores de algodão, depois os commerciantes...

O autor prossegue com a informação de que em:

[...] 1942, por ocasião das comemorações pelo centenário da elevação de Sorocaba de vila à cidade, em meio às incertezas proporcionadas pela Guerra Mundial, retoma-se a figura de Baltazar Fernandes, o fundador da cidade e seu primeiro empreendedor liberal, lançando em seu solo “a semente vertiginosa do progresso”, numa explicação histórica que liga a fundação da vila em 1654 até a cidade industrial daquele momento: Abrem-se de par em par as portas da grande Exposição comemorativa do Centenário de Sorocaba, ávida por mostrar a todos o que sabem fazer e o que em realidade fazem os seus filhos, no concerto fenomenal da Pátria. [...] E nesse concerto empolgante, todas as forças vivas da nação sincronizam-se num só desejo, e todos os desejos concertam-se rapidamente em realidade esplendorosa. Sorocaba, é um desses sonhos. Baltazar Fernandes o teve, plantando aqui a semente vertiginosa do

progresso, da anciã de crescer, de ser útil, do cooperar com a Pátria... É desdeos dias distantes que hoje festejam-se com clarinadas de alegria, ele estará contemplando a sua obra, o seu sonho, feito realidade . E não temos descuidado um instante da cultivacão da semente bendita regando-a com a generosidade do suor da nossa gente, forçando o seu desenvolvimento com o nosso esforço e com a nossa dedicacão.

Esse cenário gerado a partir da industrializacão trouxe imigrantes de vários países estrangeiros para trabalhar na ferrovia Estrada de Ferro Sorocabana, facilitando a ocupacão de pessoas de todas as partes do Brasil e do mundo. A maioria dos estrangeiros instalados na cidade era de nacionalidade espanhola, italiana, portuguesa, alemã e japonesa, que chegavam e se instalavam na cidade pondo em prática seus conhecimentos.

A populacão rural também migrava para a área urbana em busca de trabalho nas fábricas.

As fábricas têxteis Nossa Senhora da Ponte e a Santo Antônio ficavam próximas do núcleo central do distrito Sorocaba, entre as ruas Francisco Scarpa e a Comendador Oeterer. A ferrovia Estrada de Ferro Sorocabana também ficava próxima, mas as fábricas têxteis Santa Rosália, no bairro Santa Rosália e Santa Maria, no bairro Além Ponte/Vila Hortência, ficavam distantes alguns quilômetros do núcleo central. A fábrica de tecelagem Votorantim ficava no distrito Votorantim. (CRUZEIRO DO SUL, 22 dez.2012p.8, Caderno A)

Verificamos que a ocupacão do povo sorocabano ativo para o trabalho foi obtida a partir da idade acima de 10 anos, resultou que as atividades na indústria de transformacão eram realizadas por (12.708) pessoas, seguidos pela agricultura, pecuária e silvicultura (5.765), transportes e comunicacões (3.294), serviços e atividades sociais (1.790), comércio (1.743), administração pública, justiça e ensino público (719), defesa nacional e segurancça pública (552), indústrias extrativas (317), profissões liberais, culto, ensino particular e administração privada (292), comércio de imóveis e valores mobiliários, crédito, seguros e capitalizacão (119). Os que estavam em condições inativas não compreendidas nos demais ramos, condições ou atividades mal definidas ou não declaradas eram (4.553), e as atividades domésticas e escolares somavam (21.499), totalizando em (53.351) pessoas ativas que trabalhavam. (IBGE 1940,p.14)

A faixa etária da populacão de 0 a 6 anos era de (12.028), de 7 a 14 anos (13.638), de 15 a 19 anos (7.723), de 20 a 29 anos (12.932), de 30 a 39 anos

(9.602), 40 a 49 anos (6.654), 50 a 59 anos (4.073), 60 anos ou mais (3.618) e com idade ignorada (31). Desse total, (34.827) eram homens e (35.472) eram mulheres.(IBGE 1940, p.13)

Conforme Oliveira (2006, p.23)

[...] desta forma a presença da indústria em Sorocaba foi sem dúvida uma revolução que alterou decididamente o caráter e a natureza da aglomeração urbana da cidade. Sua vocação nata para o comércio, desde a época dos mares e, sobretudo, para a indústria, transformou-a em polo de atração dos imigrantes de todas as cidades, vindos pela ferrovia. E, [...] como em qualquer outro lugar das cidades do Brasil e do exterior que se industrializava, a maior parte de sua gente era constituída de proletários, autônomos, operários da indústria, ferroviários e trabalhadores rurais.

A expansão da malha urbana exigiu intervenções mais intensas para dar conta da complexidade da urbe, devido ao surgimento das vilas operárias ao redor das fábricas, como as vilas Santana e Carvalho, situadas na região Além Linha. Havia também, outras vilas situadas na região Além Ponte.

Desse modo, os moradores e trabalhadores tinham dificuldade de comunicação e acesso para chegar até as fábricas e o núcleo central. (OLIVEIRA, 2006, p. 30)

No início dessa década, muitas cidades brasileiras, assim como Sorocaba, passaram por profundas transformações urbanísticas, decorrentes em grande medida, do desejo de boa parte das elites brasileiras adequarem o país às características do capitalismo internacional, conforme relatamos nos parágrafos anteriores, o que deu ensejo a uma nova configuração, especialmente a partir do último quartel do século XIX. Assim, o espaço urbano deveria ser moldado no sentido de atender aos interesses da relação social capitalista. (CARVALHO, 2010, p.8)

Em 5 de maio de 1942 foi fundado o Aero clube da cidade, que tinha os primeiros teco-tecos funcionando, mas não eram capazes de prestar serviços para a população, mesmo porque a aviação nacional ainda estava engatinhando (MARTINS, 2005, p. 30,35)

Transformações estas, relacionadas ao conceito de modernidade que pode ser entendida como forma de expressão da civilização capitalista-industrial remetendo o processo histórico pautado pelo desenvolvimento tecnológico, industrialização e constituição da relação social capitalista em várias partes do planeta [...] (CARVALHO, 2010, p.11, 12)

Segundo Carvalho (2010, p.295), “as crianças também tinham uma grande participação na economia informal, obrigadas a trabalhar desde tenra idade para complementar a renda de suas famílias. Viviam dos mais diferentes expedientes [...]”.

Martins (2005,p.30)relata em sua obra que a cidade de Sorocaba também vivenciou longo período de conflitos da Segunda Guerra Mundial,sofrendo privações, falta de farinha de trigo importada dos Estados Unidos, da Argentina, do Paraguai etc.

O racionamento da gasolina importada fazia com que a locomoção das pessoas se desse por trem; quem ia para a cidade de São Paulo demorava quatro horas para chegar ou ia de automóvel movido a gasogênio⁸.

Com relação à juventude, a propaganda a motivava a atender às necessidades da guerra, conforme Martins (2005) osTiros de Guerra foram criados para prestarem serviços à Nação Brasileira desde 1902 e em 1915, tornou-se obrigatório para o Serviço Militar, que era considerado pelo seu patrono Olavo Bilac:

É o triunfo da Democracia. É o nivelamento das classes sociais. É a Escola da Ordem, da disciplina, da Coesão. É o laboratório da dignidade e do Patriotismo. É a instrução primária, a educação cívica e a higiene obrigatória. É a caserna, como filho admirável, onde os homens se depuram e se apuram. (MARTINS, 2005, p. 10)

Cerca de cem jovens sorocabanos, treinados pelo Tiro de Guerra, foram convocados pela (FEB) em 1944, para combater inicialmente na Itália os experientes soldados alemães e muito bem municiados, resultando muito sacrifício, sangue e perda de vidas preciosas, somente porque deveriam atender ao chamado da Pátria. (MARTINS, 2005, p.11)

3.1.1 Serviços Urbanos

Carvalho(2010, p. 110) relata que entre os últimos decênios do século XIX e as primeiras décadas do século XX, os melhoramentos urbanos implicavam intervenções específicas e pontuais na urbe. Intervenções que procuravam enfocar

⁸ Surgiu no Brasil durante a crise do petróleo decorrente da Segunda Guerra Mundial (1939-1945). Disponível em:<<http://www.brasilecola/quimica/gasogenio.htm>>. Acesso em: 01 abr. 2013.

basicamente três aspectos: higiene, embelezamento – estética – aformoseamento e a racionalização do espaço urbano. (FOLLIS, 2004,p. 24)

As reformas urbanas envolviam o saneamento e o embelezamento das áreas centrais da cidade e, em consequência, a segmentação espacial, moldando o espaço urbano no sentido de atender aos interesses das relações sociais capitalistas, protagonizadas pelas elites dirigentes da cidade que trouxeram também a interiorização de valores da sociedade burguesa europeia.(CARVALHO, 2010, p.8, 10)

3.1.2 Água/Saneamento

Conforme Carvalho (2010, p.112), a instalação da rede de água e esgoto configurou-se nos últimos decênios do século XIX, como uma necessidade premente para toda a cidade, que se queria moderna, progressista, saneada e civilizada. Como já mencionado, a questão da higiene se constituía num dos pilares dos modernos preceitos de urbanização.

Segundo Branco (1975, p.65, 71), os decretos do Governo Provisório resultaram, em 1934, no Código das Águas, que, além de incorporar as quedas d'água e fontes de energia hidráulica para o patrimônio nacional, prometia fiscalizar as empresas do setor em sua contabilidade. Evidentemente, tal legislação provocou a ira das empresas estrangeiras; provavelmente por essa razão, o Código nunca foi totalmente aplicado.

Em 1940, a imprensa continuava a tratar da questão da água, informando que a concessão do empréstimo seria uma questão de formalidades burocráticas.

A vinda de Getúlio Vargas a Sorocaba e sua garantia de que o empréstimo seria efetivamente concedido, tranquilizou os segmentos dirigentes. (CRUZEIRO DO SUL, 10 jan. 1940)

A cidade continuou a sofrer com a falta d'água e o prefeito Nascimento Filho conseguiu empréstimo estadual para ampliar a captação, conforme documento CS nº 9.993, 17/11/1940, (CRUZEIRO DO SUL E SOROCABA: uma história de amor em 30.000 edições, 23 out 2005, p.125)

Segundo Carvalho (2010,p.159)

[...] as obras finalmente começaram, porém... com a entrada do Brasil na Segunda Guerra Mundial tudo o mais entra num estado de limbo e, em 1943, Nascimento Filho, deixa a prefeitura sem ver o término das obras, pelas quais tanto lutou.

3.1.3 Energia Elétrica e Transporte Urbano

Segundo Carvalho (2010, p.320, 344), em 1940, chegou uma empresa canadense para administrar o fornecimento de luz e energia elétrica, a São Paulo Electric. Ela era uma sociedade anônima que detinha, por contrato, o monopólio do serviço de transporte urbano, apesar dos bondes elétricos funcionarem precariamente; devido à empresa estar apoiada em capitais estrangeiros, ela não se preocupava em dar satisfações aos poderes públicos. Ela também era responsável pela distribuição da água, pela represa de Itupararanga, mas nenhum desses serviços era aceitável pela população, principalmente pelos operários do setor econômico mais importante da cidade. Mas a companhia não se manifestava em fazer melhorias, porque o contrato estabelecido com o governo até 1946 não a responsabilizava por tais serviços para esta região, e essa dificuldade de acesso fazia parte do cotidiano dos operários que trabalhavam nas fábricas Santo Antônio e Nossa Senhora da Ponte, bem como nas oficinas da Estrada de Ferro Sorocabana. (CRUZEIRO DO SUL, 10 mar. 1940)

Esse conjunto de fatores representava a falta de uma intervenção mais sistemática dos poderes públicos, em função do cenário político da época e a Segunda Guerra Mundial.

A Ferrovia Sorocabana continuava a colocar seus trens de passageiros em circulação e a definição do plano de eletrificação no trecho de Sorocaba a Iperó. Desta maneira, foram adquiridas as vinte primeiras locomotivas elétricas e carros e vagões, mas na área rodoviária foram poucos os avanços. (CRUZEIRO DO SUL E SOROCABA: uma história de amor em 30.000 edições. 23 out. 2005, p. 120).

3.2 Graude Instrução da População

Desconsiderando a população de crianças de 0 a 4 anos (8.813) que não estariam recebendo instrução a partir do ensino primário, ou seja, não sabiam ler nem escrever, o resultado do restante da população, a partir de 5 anos de idade alcançou para a instrução da população, (20.820) pessoas que não sabiam ler nem escrever: (8.423) homens e (12.397) mulheres e (40.649) que sabiam ler e escrever: (22.036) homens e (18.613) mulheres. Outras, de instrução não declarada, foram (17). Destes, (9) eram homens e (8) eram mulheres. (IBGE 1940, p. 75, 113)

A faixa etária de 7 a 14 anos era de (13.638) pessoas. Destas, estavam recebendo instrução e que sabiam ler e escrever (6.882), sendo (3.582) homens e (3.300) mulheres.

As pessoas que não sabiam ler e escrever, mas estavam recebendo instrução eram (7.487). Destas, (3.906) eram homens e (3.581) eram mulheres.

As pessoas de 10 anos e mais que possuíam curso completo ou diploma de estudos eram de (7.914), sendo (6.709) de grau elementar, (930) para grau médio e (275) para grau superior. A população na faixa etária de 14 a 19 anos era de (16.441) e as que sabiam ler e escrever eram de (13.534) pessoas. (IBGE 1940, p. 113, 118)

TABELA 1 - População e instrução na cidade de Sorocaba

Idade	População			Instrução não declarada			Não sabem ler, nem escrever			Não sabem ler, nem escrever. Estão recebendo instrução			Sabem ler e escrever			Sabem ler e escrever e estão recebendo instrução			Total que estão recebendo instrução	
				H	M	T	H	M	T	H	M	T	H	M	T	H	M	T		
0-4 anos	8813	12.028																		
0-6 ANOS			16.948																	
5-9 ANOS	8.135																			
7-9 ANOS		4.920									605									
10-14 ANOS	8.718		13.638	21.361																
15-19 ANOS	7.723		16.441		47.110	9	8	17												
20-29 ANOS	12932																			
30-39 ANOS	9602																			
40-49 ANOS	6654																			
50-59 ANOS	4073																			
60-69 ANOS	2434																			
70-79 ANOS	917																			
80 ANOS E MAIS	267																			
IDADE IGNORADA	31																			
TOTAL	70299																			
TOTAL DE PESSOAS DE 10 ANOS E MAIS QUE POSSUEM CURSO COMPLETO OU DIPLOMA DE ESTUDOS																				
GRAU	H	M	T																	
Elementar	3366	3343	6709																	
Médio	517	413	930																	
Superior	215	60	413																	

Fonte: IBGE, Recenseamento Geral de 1940.

Nota: dados foram trabalhados pela autora.

3.2.1 Poder político/ partido político dominante / prefeito

O prefeito eleito, capitão Augusto César do Nascimento Filho, administrou a cidade pela segunda vez (1938-1943), sendo a primeira de 1914 a 1921. Ele sempre foi muito festejado pela imprensa local por suas qualidades administrativas adquiridas quando foi gerente na fábrica Votorantim, em 1911. As duas administrações à frente da prefeitura municipal foram relevantes do ponto de vista urbanístico, mas com uma administração pautada pelo método e pela eficiência técnica com bons princípios liberais. Na segunda administração, ele alegava na imprensa local que Sorocaba precisava recuperar o tempo perdido. (CRUZEIRO DO SUL, 10jul. 1938).

A reportagem do jornal Correio Paulistano de 10 de julho de 1938 anunciou sua posse: “[...] o novo Prefeito, que foi recebido sob ruidosas aclamações pela enorme massa popular que enchia o edifício”. Nesse local, encontravam-se inúmeros representantes de várias entidades e também um dos fundadores do Ginásio Ciências e Letras, além de representantes da classe operária, estudantes das escolas secundárias, representantes consulares e grande massa popular. (CORREIO PAULISTANO, 10 jul. 1938)

O prefeito eleito teceu elogios ao dr. Adhemar de Barros, cuja ação benemérita na direção dos negócios administrativos do Estado vem se exercendo com uma orientação de patriotismo e de firmeza que bem traduzem as diretrizes salutares do Estado Novo. Terminou dizendo que a norma que se traçou é a de um trabalho constante em prol da grandeza de Sorocaba, em estreita solidariedade com os postulados da constituição de 10 de novembro e com a ação governamental do sr. Interventor Federal. (CORREIO PAULISTANO, 10 jul. 1938)

Todos os anos que o prefeito capitão Augusto César Nascimento Filho esteve à frente do executivo sorocabano foram considerados um período de intensificação das políticas de modernização urbana da cidade. Suas duas administrações foram consideradas relevantes do ponto de vista urbanístico para Sorocaba na primeira metade do século XX. (BOM DIA, 11 nov. 2008, p.16)

3.3 Escolas / Escolarização

De acordo com o Relatório Anual da Delegacia Regional do Ensino de Sorocaba – 1940, redigida pelo Delegado Regional do Ensino, Waldomiro Prado Silveira, existiam no município de Sorocaba duas escolas maternas pré-primárias, a primeira anexa à Fábrica de tecidos Santa. Rosália, com três classes, e a segunda, anexa à Fábrica Votorantim, com cinco classes, num total de (378) alunos com matrículas efetivadas. Havia quatorze escolas isoladas estaduais no 1º distrito da sede de Sorocaba, treze escolas isoladas estaduais no 2º distrito da sede de Sorocaba, nove grupos escolares que assim se chamavam: G.E. Antonio Padilha, G.E. de Árvore Grande, G.E. Baltazar Fernandes, G.E. de Brigadeiro Tobias, G.E. Monsenhor João Soares, G.E. Santa Rosália, G.E. Senador Vergueiro, G.E. Visconde de Porto Seguro, G. E. de Votorantim e uma escola de Aplicação anexa à Escola Normal Livre.

QUADRO 5 - Instituições de Ensino de Sorocaba

ENSINO	EST. DE ENSINO	CLASSES	MATRÍC. EFETIVA	PROMO
Grupo Escolar	9	117	4462	75,97%
Escolas Maternais	2	8	378	
Escolas isoladas estaduais	27	10	890	62%
Escolas noturnas estaduais (Supletivo)	1	1	40	40%
Escolas isoladas municipais	21	1	687	49,92%
Escolas noturnas municipais (Supletivo)	7	1	227	74%
Ensino Primário Particular	5	16	681	71,07%
Ensino Pré-Primário Particular	1	2	62	38,70%
Ensino Supletivo Particular	3	11	399	65,66%

Fonte: (Silveira, 1940, pp. 1 a 12, 2ª. Parte).

Nota: dados trabalhados pela autora.

QUADRO6 - Grupos Escolares em Sorocaba

Grupos Escolares	Classes	Alunos
Grupo Escolar Presidente Roosevelt (Rua Souza Pereira nº 188 - Grupo com funcionamento no período noturno)	7	207
Escolas Isoladas Municipais (sediadas nas Zonas: Urbana, Urbana Distrital e Rural)	7	282
Escolas Isoladas Municipais (sediadas nas Zonas: Urbana, Urbana Distrital e Rural do Município)	44	1180
TOTAL	58	1669

Fonte: (Silveira, 1940, pp. 1 a 12, 2ª. Parte).

Nota: dados trabalhados pela autora.

O Delegado Regional de Ensino relatou que:

[...] É de urgente necessidade a construção, pelo Estado, de prédios destinados ao funcionamento dos grupos escolares “Visconde de Porto Seguro”, “Senador Vergueiro”, Votorantim, em Sorocaba [...] Os grupos “Visconde de Porto Seguro” e “Senador Vergueiro”, em Sorocaba, funcionam em verdadeiros pardiéis, sem conforto, sem ar, sem luz e, conseqüentemente, sem higiene. (SILVEIRA, 1940, p. 10)

3.4 Ensino Secundário em Sorocaba

O objeto de estudo norteou a investigação do ensino secundário oferecido na cidade de Sorocaba, no início da década de 1940.(ANEXO B)

Somente em 1929 se firmou a instrução secundária. Sendo prefeito o dr. João Machado, fundaram-se o Ginásio, a Normal e a Profissional. [...]O Ginásio do Estado (e Colégio) resultou de uma iniciativa dos políticos no poder em 1929[...] Da mesma época e prestígio político são a Normal e a Profissional Cel. Fernando Prestes. Apareceu depois o ginásio [...] particular “Ciências e Letras” [...] (ALMEIDA, 2002, p. 401)

O Colégio Estadual e Escola Normal Dr. Júlio Prestes de Albuquerque, considerada pública, foi fundado em 13 de janeiro de 1928 como Ginásio de

Sorocaba e em 16 de janeiro de 1929 passou para o Ginásio Municipal de Sorocaba através da Lei nº 209. Em 16 de abril de 1936, passou a ser Ginásio Estadual de Sorocaba. (Decreto no. 6691 de 21/09/1934)

A Escola técnica do Comércio e Ginásio, era considerada privada. Inicialmente chamada de Escola de Comércio de Sorocaba (1924), funcionou num prédio adaptado no começo da rua Barão do Rio Branco. Dado o crescente número de alunos, o diretor, Dr. Arthur Cyrillo Freire, transferiu a escola para os dois prédios também adaptados na rua Dr. Álvaro Soares, onde funcionou até 1943. Depois, passou a funcionar em prédio próprio à rua Cel. Benedito Pires, esquina com a rua da Penha, para melhor atender às necessidades de seus alunos. Em 1947, com o funcionamento do ginásio, passou a se chamar Organização Sorocabana de Ensino (OSE), compreendendo a escola Técnica de Comércio de Sorocaba e o Ginásio Educacional de Sorocaba. (ALMEIDA, 1989, p. 54)

Conforme (Almeida, 1989, p. 56), o Instituto Educacional Santa Escolástica, considerada privada, foi fundado em 28 de setembro de 1905, embora em sua outra obra (2002, p. 402), ele afirma que: “O Instituto Educacional Santa Escolástica, fundado em 1908 (aulas 1909) [...]”.

Essa instituição oferecia a instrução de grau pré-primário, primário, ginásial, normal, música, desenho e pintura. O ensino nos diversos graus era ministrado na maior parte por professoras religiosas. A diretora do Ensino Secundário era a madre Mechtildes Dengg. (ALMEIDA, 2002)

O Instituto Educacional Santa Escolástica foi considerado a segunda escola secundária que se desenvolveu a partir de 1925 e ofereceu curso feminino no período diurno e masculino no período noturno. (CRUZEIRO DO SUL, 02 fev. 1986, p. 24)

Sobre o Ginásio Santa escolástica, todas as publicações são como inaugurado em 1º. de fevereiro de 1934, no entanto, nos jornais de 1927, os anúncios deste estabelecimento diziam possuir o curso ginásial. É um caso para se pesquisar. (CRUZEIRO DO SUL, 2 fev. 1986, p. 24)

Havia também, desde 1930, o curso de Ferroviário, sendo ele, a célula mater do SENAI. As oficinas masculinas foram para o bairro do Lageado e inauguradas em 1942 pelo senhor arcebispo de São Paulo, Dom José Gaspar Afonseca.

O Ensino Industrial passou por três fases: a primeira foi até 1935, em que as escolas eram autônomas, com programas regionais e sob a exclusiva responsabilidade da direção. Encerrou esta fase com a grande exposição da Água Branca; a segunda foi até 1942, tornando-se mais pedagógica, mais técnica, mais educadora, sob a orientação da Superintendência do Ensino Profissional.

Os cursos oferecidos eram de Instrução Profissional. Mestria: Fundição, Mecânica de Máquinas, Marcenaria, Corte e Costura. Industrial: Adaptação, Fundição, Mecânica de Máquinas, Marcenaria, Corte e Costura e Pintura. Divulgação de Conhecimentos: Alimentação, Curso Avulso de Bordados e Curso Avulso de Costura. (ALMEIDA, 1989)

4 CRIAÇÃO E INSTALAÇÃO DO GINÁSIO CIÊNCIAS E LETRAS

4.1 Ginásio Ciências e Letras

A investigação para descobrir as razões que levaram à criação e à instalação de uma instituição privada, denominada Ginásio Ciências e Letras, se deu a partir da reportagem do jornal Cruzeiro do Sul, quando, no início do ano de 1943, o anúncio em destacou a criação de um novo ginásio em Sorocaba:

Ontem, quando encerravamos o nosso expediente, fomos informados de que vários professores e pessoas de destaque em nossos meios financeiros e sociais cogitam da instalação, em nossa cidade, de mais um ginásio, atendendo dessa forma ao grande número de moços que todos os anos ficam impossibilitados de frequentar esse importante curso. (CRUZEIRO DO SUL, 14jan.1943, p.1)

O grupo responsável por essa instituição, conforme os (ANEXOS C, D e E), confirmados por (Almeida, 1989, p. 56): “[...] era composto por educadores conceituados e conhecidos na nossa cidade, Albertino Manente, Cid Chagas, Genny Kalil, Luiz Almeida Marins, José Eduardo Nunes e Flávio Gagliardi.”

Considerando todas estas circunstâncias, uma plêiade de abnegados educadores, tendo à frente o professor Albertino Manente coadjuvado pela professora Genny Kalil e os professores Cid Chagas, Luiz Almeida Marins, Flávio Gagliardi e José Eduardo Nunes, resolveu fundar o Ginásio “Ciências e Letras”, contando com o pleno apoio do Cap. Augusto Cesar Nascimento Filho, muito digno prefeito desta localidade, que não tem medido sacrifício para a realização desta obra benemérita. (RELATÓRIO IV 03. INSPEÇÃO PARA AUTORIZAÇÃO DO “GINÁSIO CIÊNCIAS E LETRAS” 1943, 5ª. folha)

Na mesma página, são mencionadas as razões para a criação e instalação do estabelecimento:

Razão de ser do estabelecimento: Sorocaba, uma das cidades mais importantes do Estado de São Paulo, com a população de 54.000 habitantes, e 40% de operários, e município 75.000, conta, apenas, para a educação de seus filhos, com dois ginásios, um mixto e outro para o sexo feminino. Evidentemente, o número de vagas nestes estabelecimentos é limitado, ficando, deste modo, sem poder receber educação conveniente, considerável número de alunos, estes, impossibilitados por motivos financeiros de procurarem alhures educandários onde possam educar-se,

acham-se na contingência de abandonar de vez para sempre os seus estudos, e ingressar definitivamente no comércio, ou nas fábricas acarretando desta maneira graves danos para si, para a cidade e conseqüentemente para o país.

A inquietação a respeito de compreender a necessidade da criação e instalação desse ginásio continuou, e na busca de respostas sobre o assunto buscou-se questionar pessoas envolvidas indiretamente no assunto.

Maria Lúcia Nunes Tavares, filha do professor José Eduardo Nunes, em depoimento, relatou que, de acordo com sua interpretação sobre a necessidade da instalação do Ginásio Ciências e Letras: “Quando montaram a sociedade para fazer o ginásio, eles se preocupavam com a educação.”(ANEXO F)

No capítulo anterior, foi informado que a cidade tinha apenas duas instituições que ofereciam o ensino secundário para a população, uma pública, que oferecia o ensino secundário para ambos os sexos, e outra privada e católica.

De acordo com o resultado da pesquisa, os motivos destacados para entender as razões da criação e a instalação dessa instituição foram: a quantidade da população de 10 anos ou mais (6.709) com grau de instrução completo do ensino elementar que estavam aptos a cursar o ensino secundário e; o funcionamento de apenas duas instituições que ofereciam o ensino secundário para a população da cidade (70.299), o Ginásio do Estado e o Instituto Educacional Santa Escolástica.

Em uma reportagem, o jornal Cruzeiro do Sul de 19 de janeiro de 1943 publicou o agradecimento do professor Albertino Manente ao apoio:

[...] faz-se imprescindível o apoio de Sorocaba e dos sorocabanos. No tocante ao apoio oficial, alegro-me ao declarar que o sr. Cap. Nascimento Filho, nosso dedicado prefeito está decididamente voltado ao assunto, facilitando-nos tudo quanto está ao seu alcance. É uma solidariedade muito valiosa como você poderá muito bem compreender, e que virá nos proporcionar o grande prazer de ver iniciados os trabalhos no dia 21 do corrente, às 13 horas. (CRUZEIRO DO SUL, 19 jan. 1943,p.1)

Ele também informou que: “- De fato: Sorocaba terá mais um ginásio, que será instalado á Rua da Penha, em prédio que satisfará todas as exigências pedagógicas.”(CRUZEIRO DO SUL, 19 jan. 1943,p.1)

Essas exigências estavam elencadas na 10ª. folha do IV Relatório 03. Inspeção para autorização do Ginásio “Ciências e Letras” 1943:

Art I – A Sociedade Escolar manterá, sob o nome do Ginásio “Ciências e Letras”, um estabelecimento escolar destinado a ministrar a alunos de

ambos os sexos ensino secundário de primeiro ciclo de conformidade com o dispositivo do artigo 1º. do Decreto Lei Federal, no. 4.244 de 9 de Abril de 1942.(RELATÓRIO IV 03. INSPEÇÃO PARA AUTORIZAÇÃO DO “GINÁSIO CIÊNCIAS E LETRAS” 1943, 10ª. folha)

Foram enumeradas em cinquenta,as exigências para funcionamento da instituição, conforme seguem:

“1- Salubridade; 2- Ausencia de ruídos; 3- Causas perturbadoras da atenção; 5- Natureza e permeabilidade do terreno; 6- Regularidade do terreno; 7- Área coberta para recreio e abrigo; 8- Disposição interna; 9- Locação; 10- Número de pavimentos; 11- Material e conservação; 12- Entradas; 13- Escadas e corredores; 14- Extintores de incêndio; 15- Iluminação; 16- Caixas de água; 17-Instalações para limpeza geral do prédio; 18- Bebedouros; 19-Lavatórios; 20-Water – Closets e Mictórios; 21- Numero de sala de aulas; 22- Area; 23-forno; 24-Isolamento; 25- quadro negro; 26- Pintura; 27- Área de iluminação; 28- disposição das janelas; 29- Acústico; 30- Carteira; 31- móveis diversos; 32-Auditório; 33- Biblioteca; 34- Sala de Geografia; 35- Sala de Línguas vivas; 36- Sala de ciências; 37-Sala de Desenho; 38- Sala de Trabalhos Manuais; 39- Sala do Orientador; 40- Sala dos Professores; 41- Sala de Administração; 42- Area Livre; 43- Instalação e Materiais de Ed. Física; 44- Material Esportivo; 45-Gabinete médico – Biométrico; 46- Chuveiros; 47- Vestiários; 48- Ginásio; 49- Piscina; 50-Estádio.(IV-(RELATÓRIO IV 03. INSPEÇÃO PARA AUTORIZAÇÃO DO “GINÁSIO CIÊNCIAS E LETRAS” 1943).

Albertino Manente finalizou a reportagem dizendo ”- Para melhor atender aos interessados, o corpo docente iniciará um curso preparatório gratuito, intensivo e rápido no dia 1.o de fevereiro.”(CRUZEIRO DO SUL, 19 jan.1943)

Definitivamente instalado o novo estabelecimento de ensino secundário (ANEXO G), o professor Albertino Manente frisou:

[...]já ter sido paga a taxa regulamentar para inspeção preliminar, o que dá a garantia de funcionamento por dois anos, tendo sido satisfeitos todos os requisitos exigidos pela Diretoria da Divisão do Ensino Secundário do Rio de Janeiro. Após uma visita às várias dependências e instalações do novo Ginásio, cientificamo-nos do quão confortável e bem aparelhado se encontra o estabelecimento, índice do alevantado espírito dos batalhadores incansáveis que se movimentaram em prol dessa pobre causa, representada pelo problema do ensino em nossa cidade.[...] Como se depreende, Sorocaba, com o seu grandioso número de escolas primárias e secundárias, ainda necessita de outras casas de ensino, vindo depor a favor desta afirmativa o elevado número de candidatos inscritos aos exames de admissão em nossas escolas, mormente em nosso Ginásio Estadual, cujas vagas não correspondiam à procura, ficando sempre alunos incapacitados de iniciar o curso pela insuficiência no concurso de notas, uma vez que a média deveria que ser alta para uma classificação rigorosa. [...] com o advento de outro Ginásio, novas probabilidades surgiram aos senhores pais de alunos, pois são mais numerosas as vagas existentes, com conseqüente garantia de ingresso.(CRUZEIRO DO SUL, 27 jan. 1943, p.1)

Ele também Informou que:

O prédio onde no próximo dia 1º. de fevereiro em diante, começará a funcionar o ginásio, consta de 13 salas espaçosas, compreendendo, por enquanto, 8 salas para aulas, com as respectivas carteiras, etc., secretaria otimamente instalada, principalmente sob o ponto de vista de conforto e outras destinadas futuramente para aulas. Todas elas são bem arejadas, espaçosas e por conseguinte oferecem grande conforto aos alunos. Possui também um vasto quintal, cujos fundos vão ter à Rua Dr. Álvaro Soares, e que será destinado ao recreio e descanso dos alunos. (CRUZEIRO DO SUL, 27jan. 1943, p.6)

O jornal Cruzeiro do Sul parabenizou a aquisição de mais uma nova casa de ensino para a cidade de Sorocaba, anunciando:

Estão de parabéns os distintos cavalheiros que tiveram a coragem e o entusiasmo, o desprendimento e a abnegação de levarem avante uma idéia tão antiga e que trará somente progresso e cultura a nossa gente, fazendo com que não sobre mais tantos alunos desejosos de frequentarem os bancos dum ginásio. Esse grupo de idealistas e verdadeiros patriotas, porque têm em vista unicamente o desenvolvimento educacional e a instrução ampliada da gente sorocabana, merece de todos nós sorocabanos ou moradores de Sorocaba, todo o apoio e toda nossa ajuda (CRUZEIRO DO SUL, 23 jan. 1943, p.1)

Nesta reportagem, também foi divulgado o curso de preparatório para admissão:

[...] essa distinta comissão de professores, organizadora do ginásio, não se contentou somente em dar a Sorocaba mais um Ginásio; desde já abriu inscrição para o curso preparatório para admissão à 1ª. série. Diariamente, à rua da Penha n. 402, estará um professor pronto a atender os interessados, dando as informações imprescindíveis aos candidatos ao aludido curso. (CRUZEIRO DO SUL, 23jan.1943, p.1)

Novamente, elogios para o prefeito referindo-se ao apoio da instituição:

Esteve quinta-feira, em visita ao novo Ginásio o operoso Prefeito Municipal, Augusto Cesar do Nascimento Filho, que dando seu incondicional apoio à nobre iniciativa se prontificou a fornecer àquele educandário o que ele necessitar, com referência ao aparelhamento mais completo do prédio. Defrontamos aqui com um gesto digno de aplausos, demonstrativos do auxílio indispensável da nossa Prefeitura, que pela boa vontade e patriotismo do seu titular, em muito irá colaborar nesse grandioso empreendimento. (CRUZEIRO DO SUL, 27jan. 1943, p.6)

A reportagem referiu-se a outras visitas:

[...] tem ultimamente recebido inúmeras visitas, tanto de interessados como das nossas mais altas autoridades do ensino, da polícia etc, as quais

deixaram suas ótimas impressões e considerações com respeito aos processos já notórios desse estabelecimento de ensino, há pouco instalado. (CRUZEIRO DO SUL, 27jan. 1943, p.6)

Diante desse diagnóstico, procurou-se fazer uma relação com o número de habitantes que concluíram o grau elementar, a quantidade total de habitantes da cidade e as instituições existentes que ofereciam o ensino secundário, para entender a necessidade da criação dessa instituição. O jornal anunciava a informação com orgulho e entusiasmo, ocultando a instituição privada, como segue a reportagem:

Há dias fizemos referência por este jornal, sobre a próxima instalação, em nossa cidade, de um novo ginásio, que pudesse acolher todos os estudantes que anualmente se viam impossibilitados de iniciar o seu curso secundário pela míngua de acomodações nas casas de ensino dessa categoria. [...] Não é com pequena satisfação que nos referimos à concretização desse antigo sonho dos educadores sorocabanos, pois o novo ginásio virá para preencher uma inegável lacuna que desde há muito vinha se antepondo ao adiantamento maior de nossa terra, com a dificuldade decorrente desse fato da nossa mocidade desfrutar com maior amplitude dos benefícios que advêm de uma instrução bem ministrada, e baseada firmemente em conhecimentos técnicos indispensáveis, ao par de um largo tirocínio, adquirido em anos longos de prática no magistério. (CRUZEIRO DO SUL, 19jan. 1943, p.1).

Outros resultados foram relevantes para entender qual clientela essa instituição atingiria, visto que a ocupação da população acima de 10 anos que trabalhava em atividades da indústria de transformação era de (12.708), equivalente a (23,82%) e em atividades domésticas e atividades escolares era de (21.499), ou seja, (40,30%).

O apoio do prefeito Capitão Augusto Nascimento Filho foi alvo de investigação, mas não foram encontrados registros oficiais dessa atuação, limitando-se apenas em agradecimentos nos jornais e no relatório da instituição.

A professora Genny Kalil confirmou: “O apoio do prefeito da época, capitão Augusto Cesar do Nascimento Filho, foi de vital importância para levarmos o sonho adiante. Foi ele quem nos cedeu o prédio onde o Ciências e Letras se instalou”. (DIÁRIO DE SOROCABA, 25set. 1993, p.11)

O advogado e professor Waldemar Salvestro, ex-delegado Regional de Ensino de Sorocaba, foi o primeiro aluno matriculado no Ginásio Ciências e Letras.

“A notícia de que a cidade iria contar com um novo ginásio tinha corrido de boca em boca e todos aguardavam, com muita expectativa, sua abertura. Quando ela foi oficializada, minha irmã correu fazer a matrícula”. Salvestro lembra que precisou fazer preparatório – as aulas puxadas, eram dadas

pelos próprios fundadores da escola e passar pelo exame de admissão. Recorda ainda, que o uniforme cinza com gravata preta e tabalaratravessando o peito – era exibida com orgulhos pelos alunos [...]. A recordação mais difícil vem da 3ª. série, quando boa parte da classe – inclusive ele – ficou para segunda época (em Álgebra) e muitos companheiros da turma que iniciou o ginásio, repetiram o ano. “Foi uma pena!”(DIÁRIO DE SOROCABA, 25 set.1993,p.11)

Em 27 de Março de 1944, o Ginásio Ciências e Letras obteve Reconhecimento sob Regime de Inspeção Preliminar pela Portaria Ministerial no. 171. (ANEXO H)

Como visto anteriormente, os jornais da cidade demonstraram entusiasmo referente à importância da instalação dessa instituição na cidade de Sorocaba. Contudo, no histórico dessa instituição, a investigação obteve informações relevantes, referentes à quantidade de alunos que iniciaram o curso e valores, por meio de um relatório acessível à pesquisa. Verificou-se que o número total de matrículas para iniciar o curso foi de (61). Destes, para a 1ª. Série A, foram (31) matrículas somente para o sexo masculino e, para a 1ª. Série B foram (18) matrículas para o sexo masculino e (12) para o feminino. O horário do curso ginásial era das 13h às 17h. Foram disponibilizadas cinco salas com vinte e cinco lugares e uma com trinta. (IV – Relatório 03. Inspeção para autorização do Ginásio Ciências e Letras 1943, 8ª. e 18ª Folha).

A relação do corpo docente, com as disciplinas ministradas e seus respectivos registros foram encontrados na 9ª. Folha, conforme a seguir:

1.	Pe. Armando Guerrazzi	Português	4.624
2.	José Eduardo Nunes	Latim	17.901
3.	Juliana Fabiano Alves	Desenho	7.130
4.	João Mentone	Música	2.721
5.	Galileu Pasquinelli	Ed. Física (masc)	2.375
6.	Guimar Ribeiro Novais	Ed. Física (fem)	1.003
7.	Flávio Gagliardi	Trabalhos manuais (masc.)-	
8.	Genny Kalil	Trabalho e Ec. Doméstica (fem.)-	
9.	Dr. José Reginato	História	1.109
10.	Dr. José Reginato	Geografia	1.109
11.	Dr. José Reginato	Francês	1.109
12.	Dr. Júlio Bierrembach Lima	Matemática	2.380

A 12ª. Folha, o artigo XIII, desse mesmo relatório, informou que:

“As anuidades serão as seguintes, pagas de uma só vez ou em prestações estabelecidas pelo direito. [...] Os valores para a 1ª. e 2ª. Séries, de 500 cruzeiros e para a 3ª. e 4ª. séries, 600 cruzeiros.”

Estes valores foram comparados com o salário mínimo vigente na época “[...] em Sorocaba, a taxa de salário mínimo passou de (170) cruzeiros por mês para maiores e, (85) cruzeiros por mês para menores, para (221) cruzeiros por mês e (110,50) cruzeiros por mês, respectivamente.”(CRUZEIRO SO SUL, 14jan.1943, p.1)

O cálculo foi baseado no valor da anuidade dividido por 12 meses, com os seguintes resultados, para a 1ª.e 2ª. séries, pagava-se a média de (41,66) cruzeiros por mês e para a 3ª. e 4ª. séries, (50) cruzeiros por mês. Esse resultado significou que o investimento para a 1ª. e 2ª. séries do ensino secundário era de (19%) sobre o salário mínimo de (221) cruzeiros e (37,87%) para o salário mínimo de (110) cruzeiros. Para a 3ª.e 4ª. séries, o investimento era de (22,62%) e (45,45%), respectivamente.

Se, essas eram as taxas que uma pessoa precisava pagar para investir na instrução e se eram essas as condições que um trabalhador assalariado maior ou menor de idade tinha que suprir para obtê-la. Por que a instituição criada e instalada para o ensino secundário teve apenas (61) matrículas para uma população de (6.709) aptos a ingressar e iniciar o curso dessa instituição?

O resultado demonstrou que menores de idade que trabalhavam e tinham idade compatível para fazer o curso teriam dificuldade de pagá-lo e, devido ao horário, não teriam condições de cursá-lo. Apesar de os adultos receberem mais que os menores de idade, eles não foram isentos de arcar com as despesas de instrução e também não teriam condições de cursá-lo, devido ao horário.

Concluimos que, nessa instituição privada, não houve condições de iniciar e manter o estudo do ensino secundário para trabalhadores assalariados maiores e menores de idade, de uma população considerada operária. A instituição tinha espaço e condições para oferecer o ensino secundário para a demanda que havia na cidade, porém ele não foi direcionado para a maioria da população, conforme foi noticiado anteriormente. Considerando a ênfase da necessidade do curso, ele foi direcionado para a clientela que tinha condições de custeá-lo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Iniciamos nossa pesquisa com a intenção de investigar a criação e a instalação do Ginásio Ciências e Letras em Sorocaba, no ano de 1943, movidos pelo interesse de compreender e entender as razões que levaram uma instituição privada que oferecia o ensino secundário ser necessária para a população, que na sua maioria era operária. Na hipótese levantada foi constatado o não interesse do poder público oferecer o ensino secundário gratuito para todos no país, principalmente na cidade do objeto de estudo. Para conduzir essa afirmação, procuramos analisar fatos importantes que ocorreram no mundo e no Brasil, no início da década de 1940. Identificamos que no período histórico estudado os conflitos gerados entre as nações eram relacionados ao capital e à indústria. Por meio da propaganda, o poder centralizador de cada nação incutia em seus cidadãos adultos e principalmente jovens, a importância do treinamento para o combate. No Brasil, o interesse do poder público brasileiro priorizou o ensino primário para abastecer a mão de obra industrial influenciada pela dependência do sistema capitalista e, o ensino militar em todos os níveis, foi priorizado pela política do nacionalismo e armamentos, ora vivido com o regime ditatorial e autoritário do Estado-Novo no Brasil, governado por Getúlio Vargas (1930-1945).

Desse modo, agravou-se a divisão de classes sociais no que diz respeito à classe operária ser a dominada e a burguesia ser a dominante. Contudo, a atuação do governo se deu no sentido de facilitar a intervenção da iniciativa privada na responsabilização pelo ensino secundário no Brasil, restrita aos filhos das classes dominantes e das classes médias, ou seja, ela disponibilizou o acesso àqueles que tinham condições financeiras de pagar pelo curso e limitou o grau de conhecimento de direito de todos, compactuando como conceito de que a sociedade ou grupo social que tem o conhecimento domina.

Em nossas leituras sobre Educação, verificamos que o Estado primou pela ausência de preocupação maior com a expansão da rede pública para o ensino secundário, com ideais educativos que pretenderam inculcar nas novas gerações, ideias, sentimentos e práticas que, segundo a classe dominante, seriam capazes de fazer delas adultas. E, como pudemos observar no decorrer do texto, a educação escolar refletiu essa desigualdade em dois modelos: a formação propedêutica, destinada à elite dirigente, e a profissional, destinada àqueles com pouca escolaridade, habilitando-se tecnicamente para abastecer a produção capitalista.

Destacamos o fato de o ensino técnico ser de responsabilidade da indústria, enquanto que a Lei Orgânica n. 4.244 de 19 de abril de 1942, referiu-se ao ensino secundário ser ministrado pela iniciativa privada.

Diante dessas informações e a partir dos dados obtidos durante a pesquisa, considerando que a população brasileira era de (41.236.315) em 1940, concluímos que, se no ano de 1939, havia (3.205.753) pessoas que concluíram o ensino primário e, em 1942, somente (199.435) pessoas concluíam o ensino secundário, denotou-se uma diferença desproporcional entre eles.

Chamou atenção à quantidade de analfabetos de 15 anos ou mais, que foi de (13.279.899) pessoas, enquanto as que não declararam instrução foram de (60.398). No caso das pessoas acima de 10 anos, temos o seguinte número: (11.879.718) em atividades domésticas e escolares, e (3.094.557) em condições ou atividades mal definidas ou não declaradas. Concluímos, assim, que a maioria já estava trabalhando e não teve acesso aos estudos.

Em Sorocaba, ao constatarmos uma população de (70.299) pessoas, também chamou à atenção a quantidade de analfabetos de 5 anos ou mais, que foi de (20.820) pessoas. Comparamos esse dado com a quantidade de pessoas acima de 10 anos com as seguintes ocupações: (21.499) em atividades domésticas e escolares, e (4.553) em condições ou atividades mal definidas ou não declaradas. Concluímos que a maioria já estava trabalhando e também não teve acesso aos estudos.

A quantidade de pessoas que concluiu o ensino primário e era habilitada para cursar o ensino secundário foi desovente (6.709).

Havia apenas duas instituições que ofereciam o ensino secundário: uma pública e outra privada, motivo pelo qual a imprensa divulgou a necessidade da instalação da instituição pesquisada, devido à demanda de pessoas habilitadas para o curso oferecido e não haver instituições suficientes para supri-la. Porém, ao analisar os dados obtidos pela pesquisa, verificamos que a quantidade de alunos matriculados não supriu a demanda de pessoas habilitadas existentes na cidade.

As matrículas efetivadas nessa instituição foram apenas 61, considerando ser paga e o horário disponível para o curso das 13h às 17h, em uma realidade em que a maioria da população era considerada operária e trabalhava o dia todo. Concluiu-se que essa minoria de alunos matriculados tinha condições de pagar e tempo para

estudar, enquanto que a classe operária continuou a ser desprovida do ensino secundário por não ter uma instituição gratuita e suficiente para prosseguir os estudos.

Concluimos que as razões que levaram à criação e instalação do Ginásio Ciências e Letras foram as que atenderam à classe da elite, em razão do não interesse dos poderes públicos em oferecer o ensino secundário gratuito para todos no país, principalmente na cidade do objeto de pesquisa.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Aluísio de. **Sorocaba**: 3 séculos de história. Itu, SP: Ottoni, 2002.

ALMEIDA, Aluísio de. **Estudos regionais paulistas**. Piracicaba:Shekinah, 1989.

ARANHA, M. L. de A. **História da educação**. São Paulo: Moderna, 1989.

A REPÚBLICA. Portal do Governo do Estado de São Paulo. Disponível em: http://www.saopaulo.sp.gov.br/conhecasp/historia_republica. Acesso em: 19 de mai. 2013.

ARNAUT, Luiz. **A segunda grande guerra**: do nazi-facismo à guerra fria. São Paulo: Atual, 1994.

AZEVEDO, A. **Brasil a terra e o homem**: a vida humana. São Paulo: Nacional, 1970.

BIAGINI, Jussara. **Revisitando Momentos da história do ensino técnico**. In: V Congresso de Ciências Humanas, Letras e Artes, 2001, Ouro Preto. Anais do V Congresso de Ciências Humanas, Letras e Artes. Ouro Preto: UFOP, 2001. Disponível em: <http://www.ichs.ufop.br/conifes/anais/EDU/edu1713.htm>. Acesso em: 28 mar. 2013.

BOM DIA. Sorocaba, 11 nov. 2008.

BRANCO, Catullo. **Energia elétrica e capital estrangeiro no Brasil**. São Paulo: Alfa Omega, 1975.

BRASIL, Decreto Lei no.

BUENO, Eduardo. **Brasil**: uma história: cinco séculos de um país em construção. São Paulo: Leya, 2010.

CARNEIRO, Michael George Costa. A Educação e o Estado Novo: a ratificação da ordem dominante. In: Christiane Penha; Antonio Penha. (Org.). **Diferentes contextos em educação**. 1 ed. Rio de Janeiro: Quártica, 2009, v.1, p. 35-45.

CARONE, Edgard. **O Estado Novo**: (1937-1945). Rio de Janeiro: Difel, 1976.

CARONE, Edgard. **Brasil anos de crise (1930-1945)**. São Paulo: Ática, 1991.

CARVALHO, Rogério Lopes Pinheiro. **Fisionomia da cidade**: cotidiano e transformações urbanas 1890-1943. São Paulo:[s.n.], 2010.

COHN, Gabriel. **Petróleo e nacionalismo**. São Paulo: Difel, 1968.

CORREIO PAULISTANO. Sorocaba, 10 jul. 1938.

CRUZEIRO DO SUL. Sorocaba. 1943.

CRUZEIRO DO SUL E SOROCABA: uma história de amor em 30.000 edições. Sorocaba, 2005, p. 125.

CUNHA, Célio da. **Educação e Autoritarismo no Estado Novo**. São Paulo: Cortez, 1981.

DIÁRIO DE SOROCABA, Sorocaba, 25 set. 1993.

DURKHEIM, Émile. **Educação e sociologia**. 11ª ed., São Paulo: Melhoramentos, 1978.

FERNANDES, Florestan. **Educação e Sociedade no Brasil**. São Paulo: Domínus, 1966.

FERNANDES, Florestan. **Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina**. Rio de Janeiro: Zahar, 1973.

FOLLIS, Fransérgio. **Modernização urbana na belle époque paulista**. São Paulo: Unesp, 2004.

FORACCHI, Marialice M. **Educação e sociedade**. São Paulo: Cia. Nacional, 1964.

FRIEDRICH, Carl J. **Totalitarismo e autocracia**. Rio de Janeiro: Ediboen, 1965.

GALLIEZ, Vicente de Paulo. **A indústria têxtil na economia nacional**: estudos econômicos, I, no. 3 e 4, (1950).

GAMBINI, Roberto. **O duplo jogo de Getúlio Vargas**: influência americana e alemã no Estado Novo. São Paulo: Símbolo, 1977.

GASOGÊNIO. Brasil Escola. Disponível em: <<http://www.brasilecola.com/quimica/gasogenio.htm>>. Acesso em: 01 abr. 2013.

GOMES, Marco Antonio de Oliveira. **Vozes em defesa da ordem**: o debate entre o público e o privado na educação. 2001. 205 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, 2001.

HILSDORF, M.L.S. **História da Educação Brasileira**: leituras. 2ª. Ed. São Paulo: Pioneira – Thomson Learning, 2005.

IBGE. **Recenseamento Geral do Brasil [1º de Setembro de 1940]**. Rio de Janeiro. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 1950.

JIMÉNEZ CORES, Pablo. **A Estratégia de Hitler**: o messias do Apocalipse: as raízes ocultas do nacional-socialismo. 2. ed.- São Paulo: Madras, 2007.

JUHASZ, Antonia. **A tirania do petróleo**: a mais poderosa indústria do mundo e o que pode ser feito para detê-la. Rio de Janeiro: Ediouro, 2009.

KUENZER, AcaciaZeneida. Educação e trabalho: questões teóricas. In: KUENZER, AcaciaZeneida; FRANCO, Maria Laura P. B.; VERHINE, Robert E.; RAMIREZ, Franklin. **Educação e trabalho**. Salvador: Fator, 1988. p. 13-29.

LOMBARDI, José Claudinei. **O público e o privado da educação brasileira: concepções e práticas educativas**. Campinas, SP: Autores Associados, 2005.

MACHADO, Lucília Regina de Souza. **Educação e divisão social do trabalho: contribuição para o estudo de ensino técnico industrial brasileiro**. São Paulo: Cortez, 1982.

MACIEL, Marco. **Educação e liberalismo**. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1987.

MARINHO JÚNIOR., Ilmar Penna. **Petróleo: soberania e desenvolvimento**. Rio de Janeiro: Bloch, 1970.

MARTINELLI, Maria Lúcia. **Serviço social: identidade e alienação**. 5. ed. São Paulo: Cortez. 1997.

_____. _____. 7. Ed. São Paulo: Cortez, 2001.

MARTINS, Milton Marinho. **Sorocaba e a segunda grande guerra**. Itu, SP: Ottoni, 2005.

MARX, Karl. **O Capital: crítica da economia política**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

MARX, Karl ; Engels Friedrich. **Manifesto comunista**. São Paulo: Boitempo, 1998.

NASCIMENTO, Maria Isabel Moura et al. **Instituições escolares no Brasil: conceito e reconstrução histórica**. Campinas, SP: Autores Associados, 2007.

NUNES, Maria Thetis. **Ensino secundário e sociedade brasileira**. Rio de Janeiro: Instituto Superior de Estudos Brasileiros, 1962.

OLIVEIRA, Ana Célia. **Grupo escolar municipal noturno: (1937-1945)**. 2006. 109 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade de Sorocaba, Sorocaba, SP, 2006.

PESSANHA, Eurize Caldas. **Ascensão e queda do professor**. São Paulo. Cortez 1994. (Coleção questões da nossa época, v. 34)

PILETTI, Nelson. **História da educação do Brasil**. 6. ed. São Paulo: Ática, 1996.

PILETTI, Nelson. **Sociologia da educação**. 5. ed. São Paulo: Ática, 1987.

RELATÓRIO IV-03. INSPEÇÃO PARA AUTORIZAÇÃO DO GINÁSIO CIÊNCIAS E LETRAS, 1943.

ROCHA, Marlos Bessa Mendes da. **Educação Conformada**: a política pública de educação no Estado Novo. 1990. Tese (Mestrado em Ciência Política do Departamento de Ciências Sociais), Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1990.

ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. **História da educação no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 1993.

SALGADO, Isabela Cristina. **A Educação Católica da Elite Campineira na Primeira República**: O Colégio Sagrado Coração de Jesus (1909 – 1930). 2011. 158 f. Dissertação (Mestrado em Educação) Universidade de Campinas, Campinas, SP, 2011.

SCHWARTZMAN, Simon. **Estado Novo, um autorretrato**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1983.

SILVA, Geraldo Bastos. **Introdução à crítica do ensino secundário**. Rio de Janeiro: Cades, 1959.

SILVA, João Carlos da et al. **História da educação: arquivos, instituições escolares e memória histórica**. Campinas, SP: Alínea, 2013.

SILVEIRA, Waldomiro Prado. **Relatório Anual da Delegacia do Ensino de Sorocaba**. 1940.

SIMONSEN, Roberto. **A planificação da economia brasileira**: parecer apresentado ao Conselho Nacional de Política Industrial e Comercial, em 16 de agosto de 1944. São Paulo, s.c.p., 1944.

SINGER, Paul. **A formação da classe operária**. São Paulo: Atual, 1994.

SPOSITO, Marília. **A ilusão fecunda**: a luta por educação popular nos movimentos populares. São Paulo: Hucitec / USP, 1993.

TRENTO, Angelo. **Fascismo italiano**. São Paulo: Ática, 1986.

VARGAS teria revelado à Alemanha em 1940 o seu propósito de manter a neutralidade. Folha da Manhã, São Paulo, 1 jun. 1956.

WIAZOVISKI, Taciana. **O mito do complô judaico-comunista no Brasil**: gênese, difusão e desdobramentos (1907-1954). São Paulo: Humanitas, 2008.

WOLFGANG, Zdral. **Der finanzierte Aufstieg des Adolf H. Himmler**. Wim: Ueberreuter, 2002.

XAVIER, Maria Elizabete S. Prado. **Capitalismo e escola no Brasil**: a constituição do liberalismo em ideologia educacional e as reformas do ensino (1931-1961). Campinas: Papirus, 1990.



ANEXO A

Canção do Expedicionário (1943)

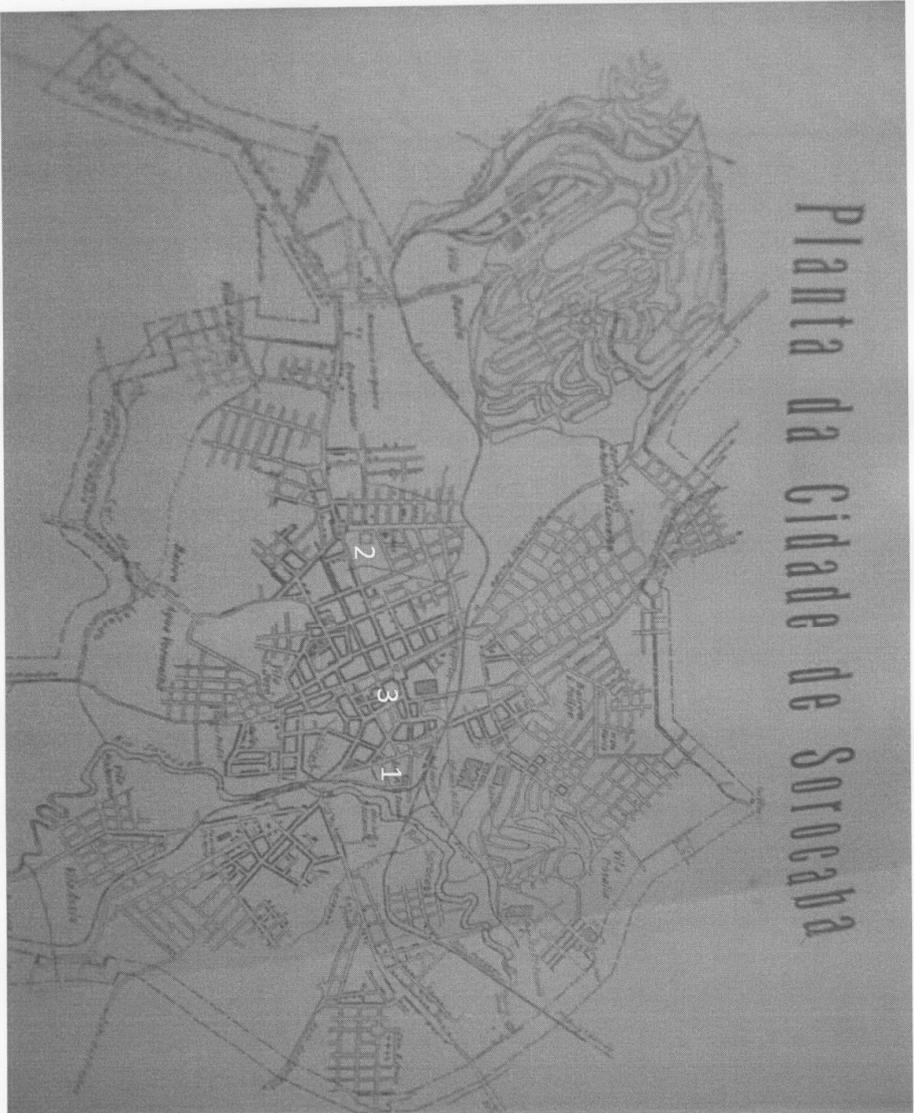
Autor: *Guilherme de Almeida e Spartaco Rossi*

Intérprete: *Francisco Alves*

“Você sabe de onde eu venho?
 Venhodo morro do engenho
 Das selvas, dos cafezais.
 Da boa terra do côco,
 Da choupana, onde um é pouco,
 Dois é bom, três é demais.
 Venho das praias sedosas,
 Das montanhas alterosas,
 Do pampa, do seringal.
 Das margens crespas do rio,
 Dos verdes mares bravios
 Da minha terra natal.
 Por mais terras que eu percorra,
 Não permite Deus que eu morra
 Sem que volte para lá.
 Sem que leve por divisa
 Esse V que simboliza
 A vitória que virá.
 Nossa vitória final,
 Que é a mira do meu fuzil,
 A ração do meu bornal,
 A água do meu cantil,
 As asas do meu ideal,
 A glória do meu Brasil.
 Você sabe de onde eu venho?
 É de uma pátria que eu tenho.
 No bojo do meu violão.
 Que de viver em meu peito
 Foi até tomando jeito
 De um enorme coração.
 Deixei lá atrás meu terreiro,
 Meu limão, meu limoeiro,

Meu pé de jacarandá
 Minha casa pequenina
 Lá no alto da colina,
 Onde canta o sabiá.
 Por mais terras que eu percorra,
 Não permite Deus que eu morra
 Sem que volte para lá.
 Sem que leve por divisa
 Esse V que simboliza
 A vitória que virá.
 Nossa vitória final,
 Que é a mira do meu fuzil,
 A ração do meu bornal,
 A água do meu cantil,
 As asas do meu ideal,
 A glória do meu Brasil.”

ANEXO B



- 1 – Instituto Educacional Santa Escolástica, 1905
- 2 – Ginásio Estadual de Sorocaba, 1929
- 3 - Ginásio “Ciências e Letras”, 1943

Fonte: IV -Relatório 03: Inspeção para autorização do Ginásio “Ciências e Letras” 1943

ANEXO C

“Professor Albertino Manente, uma vida dedicada ao magistério da cidade”

Nasceu em 10 de julho de 1897, na cidade de Laranjal Paulista, interior de São Paulo.

Na década de 10, veio para Sorocaba como farmacêutico, depois destacou-se como professor catedrático de Química e Física. Foi diplomado com distinção e honra pela tradicional Faculdade de Farmácia do Largo de São Francisco, em São Paulo, por volta de 1920.

Ele instalou com seu irmão Francisco Manente, a Farmácia Kosmos, que possuía até laboratório para os preparos das receitas.

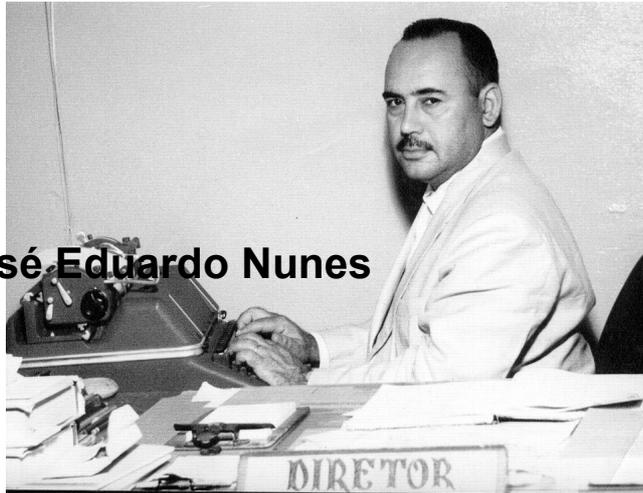
Essa farmácia localizava-se na rua Monsenho João Soares, no. 15. Na rua existiam três sobrados de taipa construídos pelos escravos, que eram o prédio do Grupo Escolar “Visconde de Porto Seguro”, o sobrado da Farmácia Kosmos e as instalações dos Correios e Telégrafos.

Alguns anos depois, Albertino Manente foi convidado a lecionar Ciências Físicas e Naturais no Ginásio Municipal, recentemente criado.

Em 1924, o professor Albertino Manente criou a primeira Escola de Comércio de Sorocaba e fundou o primeiro curso de Madureza em 1942. Nessa época, ele já lecionava Química e Física no Ginásio Municipal, como professor substituto. Depois de muitas provas escritas, orais e de laboratório, passou com distinção, em primeiro lugar, de professor interino para catedrático das duas disciplinas na Escola Estadual “Júlio Prestes de Albuquerque.

O professor Albertino Manente era pai do Hélio Manente, médico legista do Estado, irmão de Virgílio Manente, desembargador do Tribunal de Alcada, e tio de Sérgio Rubens Penteado Manente, desembargador, como seu pai, do Tribunal de Alcada de São Paulo.

Fonte: CRUZEIRO DO SUL. Sorocaba, 5 jun. 1988.

ANEXO D**José Eduardo Nunes**

Nasceu na cidade de Limeiro, (SP) em 1915. Mudou-se para a cidade de Jundiaí (SP) para tornar-se padre. Morou no Seminário de Jundiaí. Interrompeu seus estudos ao conhecer Dona Neusa, casaram e tiveram três filhos: Luis Eduardo Nunes, Adauto Veloso Nunes e Maria Lúcia Nunes Tavares.

Professor de latim, francês e falava alemão. Lecionava no Ginásio do Estado (atual Estadão).

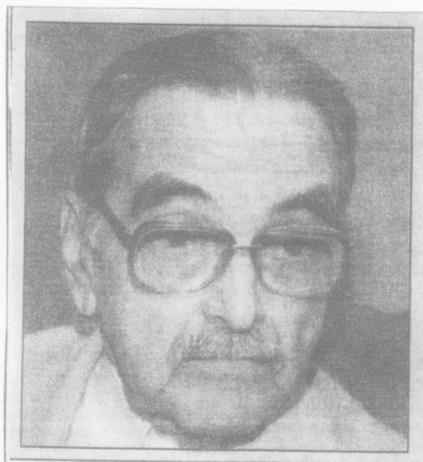
Foi um dos fundadores do Ginásio Ciências e Letras (1943).

(DEPOIMENTO DA FILHA: Maria Lúcia Nunes Tavares, 14 set 2011)

ANEXO E

Luiz Almeida Marins

Membro de uma família tradicional. Ele era um dos 19 filhos que o casal Isidoro Marins e E Ovidia Almeida Marins teve ao longo de sua vida. Como o seu pai era professor, a vida de Luizito Marins foi marcada pelo amor ao ensino, no qual lecionou durante 40 anos. Casou-se com a professora Maria de Castro Afonso Marins, Mariquita como era chamada, teve quatro filhos (que seguiram exemplo de seus progenitores e também são educadores). Teve dez Netos e 12 Bisnetos.



Na Educação: foi professor da Escola Profissional Secundária Mista Coronel Fernando Prestes; instrutor técnico da Corporação Escolar de Bandeirantes Técnicos, do Ensino Profissional, da Escola Profissional Cel. Fernando Prestes, nomeado pelo Governo; Professor de Educação Física do Curso de Ferroviários, da antiga Estrada de Ferro Sorocabana; professor de Português, História e Geografia na Escola Profissional de Sorocaba, onde por duas vezes desempenhou as funções de vice-diretor; professor de Português e História no Seminário Menor São Carlos Borromeu; professor de Português, História Geral e História do Brasil. Em 1946 foi eleito diretor de ensino e Educação e reeleito anualmente, no Ginásio "Ciências e Letras"; diretor do Ensino Comercial; fundador do Instituto Histórico, Geográfico e Genealógico de Sorocaba; sócio-fundador da Associação sorocabana de Imprensa; jornalista e colaborador do Jornal Diário de Sorocaba.

Ele foi um grande marco na educação de Sorocaba. "Sorocaba deve muito, em termos de educação ao Luizito", afirmou um dos diretores do colégio Objetivo, Luiz Antonio Beldi Castanho, no dia da missa de corpo presente, dando o último adeus ao mestre.

Na Religião: segundo conta um dos membros da diretoria do Movimento de Cursilhos de Cristandade, Antonio Luiz Callegari Cenci (Lole), Luizito, assim como era chamado, fez o primeiro cursilho na cidade de Campinas. "Tudo o que ele fez na vida foi educar pessoas, tanto no caminho de Deus, quanto na educação da cidade", afirmou.

Luizito, foi fundador da confederação das Famílias Cristãs de Sorocaba; idealizador e organizador do Museu Arquidiocesano de Arte Sacra, instalado na Catedral Metropolitana de Sorocaba; iniciou e liderou por muitos anos os trabalhos da Campanha da Fraternidade na cidade; coordenador nacional do Movimento de Cursilhos de Cristandade; inspetor do Ensino Religioso na diocese de Sorocaba; professor de religião nas escolas de Sorocaba; membro dirigente da Escola de Pais; cooperador da Seção de Juventude da Congregação Mariana do Mosteiro de São Bento; presidente do Secretariado Diocesano dos Cursilhos de Cristandade; responsável pela Assistência às Escolas de Dirigentes do Brasil junto ao Secretariado Nacional dos cursilhos de Cristandade e exerceu seu cargo mais importante, o de coordenador leigo desse Secretariado. Foi membro do Rotary Club Sorocaba e um dos idealizadores dos chamados Cursos de Liderança Jovem, coordenados pelo Rotary Club.

Recebeu várias condecorações, entre elas, a Comenda Pro Ecclesiae et Pontifice de Leão XIII, em 1950, outorgada por Sua Santidade o Papa.

Considerado uma pessoa carismática e atuante nos meios católicos.

Fonte: Jornal Diário de Sorocaba, 09 de Outubro de 1998, p. A-3

ANEXO F

Depoimento de Maria Lúcia Nunes Tavares para a autora:14/09/2011.

Em seu depoimento, Maria Lúcia Nunes Tavares, filha de Eduardo Nunes e Dona Neusa (ambos falecidos), disse que o pai nasceu e morava em Limoeiro no Norte do Ceará, veio para Jundiá para estudar e ser padre. Morou no Seminário de Jundiá, mas não quis ser padre e conheceu Dona Neusa, nascida em Taquaritinga, estado de São Paulo.

Eles se casaram e em Sorocaba passaram a morar numa pensão. O Eduardo lecionava no Estadão as disciplinas latim e francês. Ele sabia falar alemão.

Quando montaram a sociedade para fazer o ginásio “Ciências e Letras” eles se preocupavam com a educação.

Nas reuniões que tinham sobre o aumento das mensalidades ela disse que as mães do Colégio Santa Escolástica sempre queriam cobrar mais caro.

Maria Lúcia fez o curso preparatório para fazer o ginásio, lia muito para elaborar projetos, tinha muita correção na casa e valorizavam o conhecimento. Ela fez Pedagogia na Faculdade Ciências e Letras e não teve dificuldades porque antes ela pesquisou muito.

Flávio Gagliardi era somente sócio e seu irmão Hélio Gagliardi era o professor de desenho.

Geny Kalil teve quatro filhos Marta e Marilena, Carlo e Beto e moravam próximo da Casa das mães, na av. Eugênio Salerno.

A Maria Luiza Martins Holtz é filha do Luiz Marins, ela inovou o Ginásio e deu aula no Magistério. Ela tem uma empresa chamada MH (construção) na Av. Arthur Bernardes.

Os irmãos de Maria Lúcia são: Aduino estudou na UNESP de Botucatu e é diretor veterinário do Quinzinho de Barros e o Edson também estudou fora da cidade, trabalha como veterinário na região de Sorocaba.

Contatos: Aduino: (15) 3227-5454, Edson e Maria Lúcia.

ANEXO G

Instituto de Educação Ciências e Letras

Entidade Mantenedora "Sistema Educacional Mendel Ltda"
Diretoria de Ensino - Sorocaba
Escola Reconhecida conforme Portaria CEI de 22/03/83, publ. no D.O.E. de 24/03/83
Rua Artur Gomes, 51 - Centro - Sorocaba - SP - Cep: 18035-490 - fone: (15) 3332-5900
www.objetivosorocaba.com.br

DECLARAÇÃO

SISTEMA EDUCACIONAL MENDEL LTDA, entidade mantenedora do INSTITUTO DE EDUCAÇÃO CIÊNCIAS E LETRAS, estabelecida nesta cidade de Sorocaba, Estado de São Paulo, à Rua Arthur Gomes, nº. 51, declara a quem possa interessar que, o GINÁSIO "CIÊNCIAS E LETRAS", obteve Reconhecimento Sob Regime de Inspeção Preliminar pela Portaria Ministerial nº. 171, de 27 de Março de 1944.

Sorocaba, 04 de setembro de 2013


Maria Esther Benevides Vieira Ferri
R.G.: 30.903.574-0
Diretora

